



# PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

## Lousada

### PROGRAMA REDE SOCIAL

**PROGRAMA CO-FINANCIADO POR:**



**ENTIDADE PROMOTORA:**



**Câmara Municipal de  
Lousada  
Divisão de Acção  
Social**

### PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2005 - 2008

**Programa Rede Social co-financiado por:**

**União Europeia**

**POEFDS**

**Estado Português/Ministério da Solidariedade e Segurança Social**

**Lousada, Julho de 2005.**





---

## Ficha Técnica

### **Rede Social de Lousada**

### **Plano de Desenvolvimento Social 2005 - 2008**

#### **Programa co-financiado por:**

União Europeia

POEFDS

Estado Português - ISS/IP

Programa Rede Social

#### **Entidade Promotora:**

Câmara Municipal de Lousada

Divisão de Acção Social

#### **Elaborado por:**

Dra. Helena Baptista

#### **Com o apoio do Núcleo Executivo:**

Dra. Anabela Ferreira

Eng.º António Couto dos Reis

Dra. Francisca Miranda

Dra. Janete Moreira

Dra. Maria Helena Carvalho

Dra. Marta Luísa Mendes

Dra. Virgínia Machado

#### **Consultor:** Mestre António Batista

Lousada, Julho de 2005.



## ÍNDICE DO PDS

	<b>Página</b>
<b>Introdução</b>	<b>1</b>
<b>Projectos Estruturantes</b>	<b>10</b>
I. 1. 1. (In)dependências	11
I. 1. 2. Caminhar na Escola	19
I. 1. 3. Formar para o Desenvolvimento	27
<b>I. Estratégia de Desenvolvimento Social do Concelho</b>	<b>35</b>
II. 2. 1. Contexto do Diagnóstico	35
II. 2. 2. Eixos de Intervenção	45
II. 2. 2. 1. Prevenção das Dependências em Grupos-alvo Estratégicos	46
II. 2. 2. 2. Intervenção Educativa orientada para a Inserção	49
II. 2. 2. 3. Qualificação de Jovens e Adultos	54
II. 2. 2. 4. Respostas Sociais	62
II. 2. 2. 5. Quadro Síntese dos Projectos Concelhios	66

<b>III. Dispositivos de Planeamento Integrado</b>	<b>77</b>
III. 3. 1. Mecanismos de Integração e Articulação	77
III. 3. 2. Contextos de Integração	88
III. 3. 3. Integração dos Instrumentos de Planeamento no PDS	90
III. 3. 4. Sistema de Organização e Avaliação de Candidaturas	104
<b>IV. Monitorização, Acompanhamento e Avaliação</b>	<b>109</b>
IV. 1. Monitorização	109
V. 2. Acompanhamento	110
IV. 3. Avaliação	111
<b>V. Divulgação</b>	<b>117</b>
<b>ANEXOS</b>	
✓ Abreviaturas	118
✓ Glossário	120
✓ Metodologia	123
✓ Registos Fotográficos	127
✓ Participantes	129
✓ Fontes	131

## INTRODUÇÃO

### Nota Introdutória

*“Com o Plano de Desenvolvimento Social procura-se passar de um nível de informação, para um nível de decisão em que são feitas opções, em que se desenham orientações e cenários de transformação na realidade social. Estabelecem-se etapas, definem-se recursos, enfim, organiza-se um processo de mudança da realidade social”<sup>1</sup>.*

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS), concebido no âmbito do Programa Rede Social, constitui o primeiro instrumento de planeamento da intervenção social do concelho de Lousada, construído através da participação dos diversos agentes locais contendo por isso, variadas expectativas, iniciativas e recursos. Pretende-se com o mesmo redireccionar o foco da intervenção da correcção dos fenómenos da pobreza e da exclusão social para uma perspectiva de prevenção dos problemas, da participação da comunidade e da promoção da qualidade de vida da população – factores considerados fundamentais para o Desenvolvimento Social do Concelho.

Inserindo-se num processo de Planeamento Estratégico Participado, este PDS teve por base a elaboração prévia de um Diagnóstico Social do concelho. Na sua concretização foi utilizada a Metodologia da Matriz SWOT (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) numa abordagem integrada da realidade. Estes instrumentos têm como princípios de intervenção:

---

<sup>1</sup> MÓDULOS PROFISSS, *Rede Social, Guia do Formando*, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Lisboa, Maio 2000.

- Integração: convergência das medidas, convergência de ajustamentos entre pessoas, grupos sociais e sociedade, incremento de projectos de desenvolvimento local com a participação de todos e na congregação dos recursos de todos;
- Articulação: complementaridade, conjugação de esforços, constringência da Parceria em torno de um objectivo comum;
- Subsidiariedade: proximidade aos problemas e às populações, respostas de nível local, de responsabilidade colectiva, local, regional e nacional.
- Inovação: multidisciplinaridade, inter-institucionalidade e desburocratização.

## **ESTRUTURA DO DOCUMENTO**

### **Notas Introdutórias**

#### **I – Projectos Estruturantes**

O Capítulo dos Projectos pretende demonstrar em pormenor as intervenções existentes e planeadas para o concelho: os projectos em fase de planeamento, em que ainda será necessário fazer uma análise prévia da sua viabilidade, os projectos em planeamento em fase candidatura ou com actividades preparatórias, os Projectos aprovados e os Projectos em curso no concelho.

#### **II – Estratégia de Desenvolvimento Social do Concelho**

O enquadramento estratégico tem como função, contextualizar a intervenção com base no Diagnóstico Social do concelho, identificar as Prioridades de Intervenção, explicar a metodologia das Opções Estratégicas e organizar a intervenção por Eixos.

É neste capítulo que se apresenta a ideia globalizante da mudança social que se pretende para o concelho. Para além da Orientação Estratégica do PDS, identificamos também os Impactos desejáveis a longo prazo, com a intervenção prevista neste Plano.

### **III – Dispositivos de Planeamento Integrado**

Pretende-se neste capítulo prever acções, que não se traduzem directamente em Projectos, mas que são fulcrais para a operacionalização das intervenções: os contextos de articulação e os contextos de integração.

Com o objectivo de tornar clara a Emissão de Pareceres a futuras candidaturas, é também explicado neste capítulo, quais os critérios e o circuito utilizado pelo Núcleo Executivo da Rede Social para a Emissão de Pareceres.

### **IV – Monitorização, Acompanhamento e Avaliação**

Sendo que todo este processo deverá ser acompanhado, de forma a imputar a este, um ritmo de execução e operacionalização desejado prevêem-se mecanismos de monitorização e acompanhamento do processo. É assim definido o tipo de avaliação que se pretende para o Plano de Desenvolvimento Social e a entidade responsável para a realização da mesma.

É ainda apresentado um quadro de avaliação da resposta do PDS às prioridades identificadas, para que no futuro, seja possível integrar intervenções que no momento não foi possível contemplar.



---

## **V- Divulgação do PDS**

Neste Capítulo está ainda previsto o Plano de Divulgação do presente PDS e a entidade responsável pela realização do mesmo.

## **PLANO DE ACÇÃO**

O Plano de Acção 2005 – 2006, pretende identificar de forma exaustiva todas as actividades realizadas no presente ano e previstas para 2006, referentes a todos os Projectos, Actividades de Articulação e de Integração, Actividades de Monitorização, Acompanhamento e Avaliação e às Actividades de Divulgação.

Neste Plano, estão identificadas as actividades necessárias ao desenvolvimento de cada Acção/ Projecto, a sua calendarização, a entidade responsável, a parceria de suporte e os recursos necessários.

### **Modelo de Funcionamento da Rede Social**

#### **Conselho Local de Acção Social de Lousada**

A Rede Social de Lousada é constituída por um conjunto de 57 Entidades – O Conselho Local de Acção Social (CLAS - Listagem em Anexo). O CLAS é um órgão plenário de decisão representado por um elemento designado por cada entidade que dele faz parte. É a entidade por excelência da Rede Social, onde estão representadas todas as instituições públicas e privadas que directamente intervêm no domínio do social no concelho de Lousada.

É a partir do CLAS que se reflectem as necessidades, os constrangimentos, as potencialidades e oportunidades de desenvolvimento para o concelho, e também onde se planeia e decide a intervenção.

### **Núcleo Executivo da Rede Social**

O Núcleo Executivo é o órgão operacional da Rede Social. É constituído por técnicos disponibilizados pelas entidades representadas para o efeito e pelo técnico do projecto. Compete a este:

- Dinamizar as acções específicas da Rede Social;
- Organizar, facilitar os momentos de encontro do CLAS;
- Emitir pareceres sobre as candidaturas do concelho a apresentar;
- Operacionalizar, monitorizar, acompanhar e avaliar a intervenção;
- Divulgar os resultados do trabalho desenvolvido pela Rede Social;
- Actualizar o Diagnóstico Social;
- Gerir o Sistema de Informação.

Composição do Núcleo Executivo da Rede Social do Concelho de Lousada:

- Câmara Municipal de Lousada
- Centro Distrital de Segurança Social – Equipa Local de Acção Social de Lousada
- Santa Casa da Misericórdia de Lousada
- Centro de Saúde de Lousada
- Agrupamento de Escolas Lousada Norte
- Junta de Freguesia de Silvares
- Centro Social e Paroquial de Macieira.

### **Grupos Temáticos**

Os Grupos Temáticos surgiram na sequência do trabalho de planeamento do PDS, nos “Workshops Temáticos”, para responder à necessidade de se formarem grupos de trabalho à volta de uma prioridade de intervenção comum. Estes grupos estão afectos

ao desenvolvimento de um ou mais projectos/acções na área da sua temática de trabalho.

Os Grupos Temáticos continuarão a reunir no decorrer da implementação do PDS, com objectivo de planear em conjunto, articularem e criarem sinergias para a intervenção em áreas específicas.

### **Grupo de Trabalho Educação**

- Câmara Municipal de Lousada / Acção Social
- Agrupamentos Escolares
- Santa Casa da Misericórdia de Lousada
- Centro Distrital de Segurança Social – Equipa Local de Acção Social de Lousada
- Centro de Saúde de Lousada
- Agrupamento de Escolas Lousada Norte
- Junta de Freguesia de Silvares
- ACIP
- Associações de Pais.

### **Grupo Trabalho Dependências**

- Câmara Municipal / Acção Social
- Associação de Desenvolvimento “Despertar Vilar do Torno e Alentém”
- Santa Casa da Misericórdia de Lousada
- Centro Distrital de Segurança Social – Equipa Local de Acção Social de Lousada
- Centro de Saúde de Lousada
- Junta de Freguesia de Silvares
- Hospital Padre Américo
- Centro Social e Paroquial de Macieira.

### **Grupo Trabalho Emprego**

- Câmara Municipal / Acção Social
- Centro Distrital de Segurança Social – Equipa Local de Acção Social de Lousada
- Santa Casa da Misericórdia de Lousada
- Associação de Desenvolvimento “Despertar Vilar do Torno e Alentém”
- UNIVA da Associação de Desenvolvimento “Despertar Vilar do Torno e Alentém”
- Junta de Freguesia de Silvares
- Centro Social e Paroquial de Macieira.

### **Síntese Estratégica**

“ O concelho de Lousada está integrado num contexto territorial onde decorrem grandes transformações no tecido social, em parte devido à modernização acelerada com novos estilos de vida e realidades urbanas. Por outro lado, também devido à reconversão do sector económico com o fim de um modelo de desenvolvimento que tirava partido das baixas qualificações, baixa escolaridade e correspondentes baixos salários para um novo padrão de competitividade que exige qualificações, acesso às tecnologias e correspondente desenvolvimento social expresso em altos níveis de escolaridade, serviços avançados e oferta de respostas sociais que permitam às famílias e indivíduos se adaptarem a estas novas realidades.

A rede social do concelho após a realização do diagnóstico social onde se apontavam já algumas intervenções estruturantes, mobilizou os parceiros para em conjunto reflectirem e perspectivarem uma intervenção articulada e integrada que permita ao concelho acompanhar com sucesso as transformações em curso, focalizados, naturalmente, nas vulnerabilidades sociais que podem representar bloqueios a estas oportunidades, mas igualmente identificando recursos e potencialidades locais para construir a acção.

Baseadas em metodologias participativas de planeamento, o plano de desenvolvimento social do concelho que representa o contributo das instituições do mesmo, apresenta um conjunto de propostas de intervenção nos pontos críticos para o seu desenvolvimento definindo as seguintes áreas estruturantes:

- ✓ A importância determinante do processo educativo para o sucesso da reconversão social e económica em curso, potenciando antes de mais a inserção no mercado de trabalho dos jovens com expectativas diferenciadas em relação ao modelo escolar vigente, dotados de ferramentas técnico profissionais que possibilitem um nível de qualificação e acesso a um patamar sócio económico adequado.
- ✓ A relação comunidade / família / escola como condição determinante do sucesso educativo e a convergência de recursos que permitam à escola estruturar esta relação em função dos interesses de todos os parceiros. A grande aposta estratégica será então dotar de novos meios e competências e ou fazer convergir os meios já existentes para que a mediação entre a realidade social dos alunos e das famílias sejam facilitadoras e não um bloqueio ao sucesso escolar e educativo na escola.
- ✓ A realidade determinante, a montante de muitas das problemáticas equacionadas no diagnóstico é o alcoolismo, problema grave e de intervenção urgente neste concelho. No PDS este problema é um alvo estratégico de uma intervenção pró activa e preventiva de modo a consciencializar a comunidade no seu todo e activar recursos de proximidade que actuem no terreno nas situações mais graves. A rede social possibilita igualmente uma parceria activa ao nível da prevenção a partir de experiências e acções que já estão no terreno, alargando-as e potenciando-as de modo a aumentar o seu impacto.
- ✓ Outra dimensão altamente estratégica para a reconversão e adaptação social do concelho, no sentido do seu desenvolvimento são as competências sociais, profissionais, técnicas e pessoais da sua população que no diagnóstico foram

identificadas como área de intervenção prioritária. O concelho, por seu lado, tem um dispositivo de instituições com qualidade na área da formação. O PDS encara a oferta formativa na sua globalidade como estruturante. A intervenção neste campo está direccionada para a realização de um pacote formativo integrado, que actue como ferramenta de desenvolvimento, por atingir grupos alvo bem identificados, por responder com adequação às necessidades concretas dos empresários e das ofertas ou oportunidades existentes, mas também por diagnosticar as necessidades actuais e emergentes e assim facilitar a empregabilidade real dos formandos.

O plano de desenvolvimento social do concelho para além das intervenções concretas propostas, definiu também um conjunto de eixos estratégicos que estabelecem as directrizes e grandes opções estratégicas para o concelho:

- ✚ **Eixo 1** - Prevenção das Dependências em Grupos-alvo Estratégicos;
- ✚ **Eixo 2** - Intervenção Educativa orientada para a Inserção;
- ✚ **Eixo 3** - Qualificação de Jovens e Adultos;
- ✚ **Eixo 4** – Respostas Sociais.

A avaliação e o acompanhamento serão determinantes para a eficácia do PDS como promotor de desenvolvimento e para isso foi estabelecido e definida a responsabilidade institucional da avaliação e acompanhamento de modo a tornar este plano um instrumento de trabalho real e efectivo.”

Fonte: Consultor Mestre António Batista.

## **PROJECTOS ESTRUTURANTES**

## PROJECTOS ESTRUTURANTES

Consideram-se Projectos Estruturantes, os Projectos Transversais, que na sua operacionalização, possuem as seguintes características:

- ✚ A **Multidimensionalidade** da problemática;
- ✚ A **Multisectorialidade**; os projectos tentam resolver o problema através dos diferentes sectores de intervenção (educação, saúde, ...)
- ✚ **Multiinstitucionalidade**, com contratualização de uma parceria formal;
- ✚ Um **Modelo de gestão** definido com a entidade promotora e as parcerias;
- ✚ **Impacto** nos pontos-chave da realidade social.

Neste Capítulo apresentamos os Projectos que foram definidos com os Parceiros como **intervenções prioritárias** para o concelho, durante os Workshops e apresentamos a **intervenção social existente** no concelho, ao nível do desenvolvimento de projectos, salvaguardando a existência de serviços de acção social, que na sua actuação também são estruturantes.

Existem projectos que, devido a não possuírem todas as características acima referenciadas, não são considerados na sua totalidade como estruturantes, mas que produzem impacto e contribuem directamente para outras intervenções. Estes estão apresentados como Projectos Semi-Estruturantes.

## **Projecto Estruturante**

### **(In)dependências**



## **ÁREA PRIORIZADA:** Alcoolismo – Famílias

### **Justificação do projecto**

#### **Contexto de intervenção**

O diagnóstico social aponta claramente o alcoolismo como uma das problemáticas determinantes para o desenvolvimento social do concelho por estar presente implicitamente como causa na esmagadora maioria dos problemas sociais manifestados. No entanto não temos dados estatísticos que demonstrem a verdadeira dimensão do problema.

O alcoolismo está na fronteira da consciência social entre um uso socialmente aceite e encorajado e um problema grave de saúde pública e social na sua sequência., tal como para os alcoólicos esta fronteira é difusa e mal definida: entre a experiência de sofrimento e a valorização social do seu comportamento.

O diagnóstico aponta para os técnicos da área social como informantes privilegiados sobre o alcoolismo pela experiência de contacto directo com esta problemática. Os serviços de saúde por seu lado reflectem a realidade social ao não terem um serviço especializado de proximidade.

A oportunidade de intervenção está no reforço dos recursos existentes e na captação de novos para uma abordagem comportamental e psico social nos alcoólicos mas também nas famílias como um todo que no contexto da intervenção social decorrente no concelho aumente a consciência individual, familiar e comunitária para o alcoolismo como doença grave com sequelas geracionais.

Na ausência de serviços curativos especializados e de uma política de prevenção afirmativa e agressiva como deveria existir é possível focalizar num alvo definido e gerar a mudança comportamental num nível socialmente restrito.

#### **Grupos alvos prioritários**

- Alcoólicos
- Famílias de alcoólicos
- Famílias de risco
- Crianças e jovens em risco

- Mulheres vítimas de violência doméstica
- Crianças com dificuldades de aprendizagem devido ao alcoolismo dos pais

### **Beneficiários**

- Técnicos da área social
- Comunidade
- Serviços de saúde e de acção social
- Escolas
- Professores

### **Necessidades diagnosticadas / Dimensões de intervenção**

- Estruturas de apoio ao alcoólico e à família
- Estruturas de prevenção, tratamento e reabilitação
- Suportes de inserção social para ex-alcoólicos
- Equipas multidisciplinares
- Articulação entre os diferentes serviços
- Política municipal de prevenção
- Informação disponível e acessível
- Acompanhamento activo e de proximidade de alcoólicos e famílias
- Intervenção psico social

### **Recursos:**

Rede de serviços de suporte social

Projectos de prevenção

Agrupamentos de escolas

Articulação no âmbito da rede social.

## **Visão estratégica do projecto estruturante**

### **Lousada com uma política integrada prioritária de intervenção sobre o alcoolismo**

#### **Cenário de partida**

A rede social veio ajudar as instituições a consensualizar a acção prioritária na área do alcoolismo expressando assim a consciência que já detinham de gravidade e incidência do problema no concelho.

Dado que esta tipologia de intervenção, entre o curativo e o preventivo, está metodologicamente indefinida a equipa definiu um projecto com forte carácter experimental e piloto que mediante a avaliação pode ser difundido enquanto metodologia de intervenção.

A percepção do problema é mais aguda entre os técnicos do que na cultura institucional dos parceiros o que implica a organização de uma parceria atípica para a intervenção.

#### **Estratégia**

A opção de intervenção está centrada na área do risco e mobiliza os recursos disponíveis para tal canalizando-os para a variável alcoolismo

#### **Objectivos Estratégicos**

1. Em 2008 as famílias de risco têm competências para avaliar os efeitos positivos e negativos do álcool
2. Em 2009 está implementado um circuito integrado de respostas na área do alcoolismo desde a prevenção, ao tratamento e acompanhamento para a inserção

#### **Impactos:**

Estruturação e estabilização de famílias de risco

Protecção e garantias para as crianças e jovens em risco

Inserção social dos doentes alcoólicos e famílias

Sucesso escolar e inserção dos jovens em risco

Integração das respostas e serviços no sector

**Indicadores:**

Grau de risco familiar

Nº de processos de crianças e jovens em risco

% de alcoólicos em acompanhamento

Nível de sucesso escolar das crianças e jovens em risco

Incidência da violência doméstica

Grau de formalização dos circuitos de resposta.

## MATRIZ DE ENQUADRAMENTO LÓGICO – MEL **DEPENDÊNCIAS**

<b>Objectivo Geral</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Meios de Verificação</b>	<b>Pressupostos Externos</b>
Em 2008, as famílias de risco têm competências para avaliar os efeitos positivos e negativos do álcool.	- As famílias são capazes de definir opções de vida saudáveis.	- Registo da intervenção (documentos/materiais) produzidos pelas famílias.	- Equipas de apoio e acompanhamento às famílias de risco.
<b>Objectivo Específico</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Meios de Verificação</b>	<b>Pressupostos Externos</b>
Em 2007, as famílias cumprem as regras negociadas com a equipa de intervenção.	- Taxa de cumprimento dos compromissos nos documentos das equipas de intervenção.	- Relatórios CPCJ, RSI, Acção Social...	- Capacidade técnica de intervenção nas famílias.
<b>Resultados</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Meios de Verificação</b>	<b>Pressupostos Externos</b>
<p>1. Em 2005, as famílias de risco estão sinalizadas.</p> <p>2. Em 2005, as equipas estão constituídas e contratualizam a intervenção com as famílias e o pré-escolar.</p> <p>3. Em 2006, o pré-escolar tem projectos na área da prevenção do alcoolismo.</p> <p>4. Em 2006, as famílias de risco são alvo de uma intervenção técnica.</p>	<p>1. N.º de famílias sinalizadas.</p> <p>2. - N.º de equipas/técnicos; - N.º de áreas disciplinares; - N.º de famílias contratualizadas; - N.º de instituições pré-escolares contratualizadas.</p> <p>3. - N.º de projectos; - N.º de escolas abrangidas; - Taxa de cobertura dos projectos.</p> <p>4. N.º de famílias sob intervenção; - N.º de equipas/técnicos na intervenção; - N.º de intervenções realizadas.</p>	<p>1. Registos/relatórios.</p> <p>2. “ / “.</p> <p>3. Projectos (Dossier).</p> <p>4. Registos/relatórios/processos.</p>	<p>1. Instituições mobilizadas para a sinalização de casos.</p> <p>2. - Compromisso real das instituições; - Instituições adoptam procedimentos técnicos adequados à sinalização dos casos.</p> <p>3. – Capacidade técnica de apoio às escolas na elaboração de projectos.</p> <p>4. “ “ “.</p>

Actividades	Indicadores	Meios de Verificação	Pressupostos Externos
1. Constituição da equipa. 2. Contratualização com as instituições. 3. Definição do modelo e dos instrumentos de intervenção.	1. Taxa de execução. 2. “ “ “ . 3. “ “ “ .	1. Plano de Acção. 2. “ “ “ . 3. “ “ “ .	1. Financiamento para a constituição de equipas. 2. “ “ “ . 3 “ “ “ .



## **Modelo de Gestão**

Integração em rede

Equipa multidisciplinar integrada na parceria temática – Dependências integrada na rede social

Entidade gestora

Núcleo técnico restrito com funções de coordenação e direcção técnica

Equipa de acompanhamento

Núcleo executivo da rede social.



---

## **Projecto Estruturante**

## **Caminhar na Escola**



---

## ÁREA PRIORIZADA: Educação – Comunidade Educativa

### **Justificação do projecto**

#### **Contexto de intervenção**

O insucesso escolar, problemática fundamental no concelho de Lousada, coloca desafios que estão sinalizados no diagnóstico social do concelho.

Na componente interna da escola a necessidade de responder às necessidades específicas de aprendizagem e interesses de alunos que têm expectativas diferenciadas em relação à escola.

Sendo o ensino actual, em termos curriculares, extremamente rígido, baseado em métodos expositivos e de memorização, exclui muitos alunos com competências orientadas para práticas periciais e técnicas específicas. Para estes alunos a entrada no mundo do trabalho é altamente motivadora e não se revêem num modelo escolar que não responde a esta sua expectativa.

Na componente externa a escola vê-se confrontada com a problemática social dos alunos perante a qual dispões de poucos recursos já que a familiar está totalmente ausente do espaço.

Reconhece-se crescentemente a importância determinante no processo de aquisição de conhecimentos e competências, da estabilidade afectiva e da estruturação da personalidade. Neste pressuposto, perante o qual a escola se organiza como um dado adquirido, não o é para uma fatia significativa dos alunos que têm uma vivência familiar desestruturada. O espaço afectivo sócio familiar é parte integrante do processo de aprendizagem e do sucesso escolar e deve ser encarado como área de intervenção e de influência da escola. Esta constatação implica a mobilização da comunidade e o respectivo direccionamento de recursos para preencher este vazio de relação e de interacção escola versus família.

#### **Grupos alvos prioritários**

- Jovens dos 6 aos 18 anos
- Jovens fora da escolaridade obrigatória

- Crianças e jovens em risco
- Alunos com reduzido sucesso escolar
- Alunos com expectativas de inserção no mundo do trabalho
- Famílias de risco

### **Beneficiários**

- Professores
- Executivos dos agrupamentos e escolas
- Técnicos na área social
- Famílias

### **Necessidades diagnosticadas / Dimensões de intervenção**

- Currículos adaptados às necessidades dos alunos
- Ensino demasiado uniformizado
- Currículos excessivamente teóricos para alunos sem apetência
- Falta de ligação escola família
- Falta de respostas sociais na escola
- Falta de técnicos sociais na escola
- Falta de recursos técnico pedagógicos na escola de apoio ao ensino profissionalizante
- Falta de respostas curriculares diferenciadas

### **Recursos:**

Currículos adaptados

Protocolos entre a escola e o IIEFP

Formação profissional

Cursos de educação/formação

Meios tecnológicos nas instituições do concelho

Técnicos da área social nas IPSS'S

Protocolos entre a segurança social e as IPSS'S

Empresas do concelho.

## **Visão estratégica do projecto estruturante**

### **Lousada concelho de oportunidades de escolarização e formação orientadas para a inserção sócio profissional**

#### **Cenário de partida**

Os agrupamentos escolares integrados a rede social despoletaram a reflexão conjunta sobre os resultados do diagnóstico social convergindo com as instituições de outras áreas na necessidade de inovar e provocar sinergia de recursos e de respostas.

A relação entre os agrupamentos escolares e as IPSS'S tem poucos antecedentes pelo que as instituições estão numa fase exploratória de possibilidades à procura de uma linguagem e plataforma comum de trabalho.

A proximidade da rede das organizações representativas do tecido empresarial do concelho abre possibilidades para a articulação com os agrupamentos escolares na procura de oportunidades de inserção sócio profissional de uma faixa de jovens correspondente a uma tipologia de expectativas.

A Autarquia numa fase em que se prenunciam redefinições de competências nestas áreas tem um espaço de intervenção na estruturação da parceria e dos seus suportes de intervenção em rede.

#### **Estratégia**

Abertura institucional da escola aos recursos da comunidade para a diversificação da sua capacidade de resposta e aumento do sucesso escolar. Escola como espaço de convergência de intervenções sócio educativas globais

#### **Objectivos Estratégicos**

3. Em 2007 os alunos das escolas do concelho, têm ao seu dispor respostas diferenciadas numa perspectiva multidisciplinar

4. Em 2008 as respostas educativas integram uma intervenção social sistémica para a inserção sócio profissional dos jovens
5. Em 2009 são o espaço de integração por excelência das vivências de cidadania activa

**Impactos:**

- Eficiência do processo educativo
- Adequação da resposta escolar às necessidades específicas dos alunos
- Abordagem pluridisciplinar do processo educativo
- Escola promotora de inserção e desenvolvimento social
- Escola espaço de convergência na comunidade
- Estruturação em rede da comunidade educativa
- Jovens com competências de inserção
- Famílias parceiras no processo de ensino

**Indicadores:**

- Taxa de sucesso escolar
- Nível de diferenciação escolar
- Taxa de cobertura de escolas com equipas pluridisciplinares de intervenção social
- % de jovens com percursos de inserção definidos à saída da escola
- Nível de participação das famílias nas escolas

## MATRIZ DE ENQUADRAMENTO LÓGICO – MEL EDUCAÇÃO

<b>Objectivo Geral</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Meios de Verificação</b>	<b>Pressupostos Externos</b>
Em 2007, os alunos das escolas do concelho, têm ao seu dispor respostas diferenciadas, numa perspectiva multidisciplinar.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Taxa de cobertura de respostas diferenciadas;</li> <li>- Diversidade de cursos nas Escolas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projectos curriculares das Escolas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Medidas de Políticas Educativas estáveis;</li> <li>- Articulação institucional.</li> </ul>
<b>Objectivo Específico</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Meios de Verificação</b>	<b>Pressupostos Externos</b>
1. Em 2006, as escolas do concelho estão cobertas com uma rede de equipas multidisciplinares.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Taxa de cobertura de equipas (input);</li> <li>- N.º de técnicos efectivos na Escola (output);</li> <li>- N.º de processos acompanhados pela Escola.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Protocolos ente escolas e Instituições;</li> <li>- N.º de processos abertos;</li> <li>- Relatórios técnicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabilidade Política nas nomeações dos cargos.</li> </ul>
<b>Resultados</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Meios de Verificação</b>	<b>Pressupostos Externos</b>
<p>1. Em 2005, os conselhos executivos protocolizam a integração e o funcionamento das equipas multidisciplinares no espaço escolar;</p> <p>2. Em 2006, as instituições afectam recursos técnicos que funcionam com um plano de actividades comum;</p> <p>3. Em 2006, a equipa multidisciplinar dispõe e aplica critérios, instrumentos e métodos comuns.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- N.º de protocolos assinados e n.º de conselhos executivos que protocolizam.</li> <li>- N.º de planos de actividades;</li> <li>- N.º de instrumentos e métodos criados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Protocolos.</li> <li>- Planos de Actividades.</li> <li>- Métodos e instrumentos existentes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mobilização dos Agrupamentos, Conselhos executivos e Instituições.</li> <li>- “ “ “.</li> <li>- “ “ “.</li> </ul>

Actividades	Indicadores	Meios de Verificação	Pressupostos Externos
1.1. As escolas disponibilizam um espaço e aceitam a integração da equipa multidisciplinar na escola; 1.2. As escolas e as instituições negociam as condições de integração no projecto; 1.3. As escolas assinam protocolos de adesão ao projecto.	1.1. Taxa de Execução.  1.2. “ “ “.  1.3. “ “ “.	1.1. Plano de Acção.  1.2. “ “ “.  1.3. “ “ “.	1.1. Instituições mobilizam Recursos.  1.2. “ “ “.  1.3. “ “ “.



---

## **Modelo de Gestão**

### Integração em rede

Constituída parceria entre os agrupamentos escolares, autarquia, empresas e IPSS'S, integrada no grupo temático da empregabilidade

### Entidade gestora

A parceria define a instituição que desempenha a função de entidade coordenadora

### Equipa de acompanhamento

O núcleo executivo da rede social acompanha, monitoriza e articula o projecto com o PDS.

## **Projecto Estruturante**

## **Formação para a o desenvolvimento**



## ÁREA PRIORIZADA: EMPREGO /FORMAÇÃO

### Justificação do projecto

#### Contexto de intervenção

Num concelho como Lousada onde o tecido industrial é pouco denso e algo incipiente, a formação profissional é vista pelos parceiros locais da rede social como um instrumento estratégico promotor de dinâmicas de empregabilidade.

A formação é determinante na promoção da inserção quando orientada para sectores emergentes na economia local, como apoio a investimentos e sua atracção para o concelho, para competências específicas da população desempregada nomeadamente a feminina, onde a inserção depende da adequação a necessidades específicas de determinados nichos de actividade, para a qualificação dos activos da qual depende a produtividade e logo a sobrevivência das próprias empresas.

Embora o concelho apresente sinais de dinamismo na área da formação este sector deve ser alvo de uma intervenção concertada que por um lado estruture e capacite os agentes que já estão no terreno tornando cada uma das organizações mais competitiva e consolidada e por outro lado direccionando a formação para reais necessidades, qualificando a oferta e promovendo maior eficiência na inserção profissional.

A integração e coesão da oferta e das entidades do sector é uma oportunidade estruturante para o desenvolvimento social do concelho.

#### Grupos alvo prioritários

- Mulheres desempregadas
- Activos empregados
- Grupos alvo de intervenção social
- Recém licenciados
- Desempregados de longa duração

#### Beneficiários

- Técnicos do sector
- Organizações formadoras
- Empresas

### **Necessidades diagnosticadas / Dimensões de intervenção**

- Formação adequada às necessidades reais
- Percursos formativos integrados
- Diagnósticos actualizados e específicos
- Metodologias participativas para envolvimento de empresários, entidades formadoras e formandos
- Resposta a necessidades de qualificação e formação em áreas pessoais e sociais não directamente profissionalizantes
- Formação em áreas inovadoras da economia
- Formação na área social – IPSS’S e serviços técnicos especializados
- Acesso a informação rápida e integrada sobre a formação
- Oferta formativa sem sobreposição e saturação nas mesmas áreas
- Articulação directa das entidades formadoras com escolas, autarquia e outros sectores

### **Recursos:**

- Planos de formação
- Programas de financiamento
- Rede social
- Grupo temático - Emprego

## **Visão estratégica do projecto estruturante**

### **Formação como ferramenta estratégica do desenvolvimento social do Concelho de Lousada**

#### **Cenário de partida**

As instituições que operam na área da formação congregam esforços para estabelecer pontes de relação e interesses comuns a partir do desafio lançado pela rede social. Outras instituições participam nesse espaço de encontro para troca e partilha de informação. Decidem-se linhas de intervenção possíveis e planeia-se o primeiro projecto estruturante e integrado do concelho neste sector.

#### **Estratégia**

Dar visibilidade à oferta formativa do concelho, integrando e estabelecendo pontes de relação institucional formalizadas

#### **Objectivos Estratégicos**

6. Em 2006 existe em Lousada um Plano Integrado de Formação
7. Em 2007 existe em Lousada uma parceria activa interinstitucional de investimento e apoio ao sector da formação
8. Em 2008 a qualificação dos activos é um factor de competitividade e empregabilidade do concelho

#### **Impactos:**

Nível de qualificação profissional do concelho

Nível de empregabilidade do concelho

Sustentabilidade do sector da formação

Oferta formativa de qualidade

**Indicadores:**

- Taxa de qualificação sócio profissional
- Taxa de empregabilidade do concelho
- N° de entidades e cursos profissionais
- N° de ofertas formativas incluídas no plano integrado de formação

### MATRIZ DE ENQUADRAMENTO LÓGICO – MEL EMPREGO

<b>Objectivo Geral</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Meios de Verificação</b>	<b>Pressupostos Externos</b>
Em 2006, existe em Lousada um Plano Integrado de Formação.	1. 1. N.º de ofertas de formação sistematizadas e apresentadas. 1. 2. N.º de pessoas/instituições com acesso a informação sistematizada.	1. 1. Documento do Plano. 1. 2. Mailing enviado às Instituições. 1. 3. Listagem de lugares onde consta a informação.	1. 1. Candidaturas disponíveis. 1. 2. Aprovação das candidaturas.
<b>Objectivo Específico</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Meios de Verificação</b>	<b>Pressupostos Externos</b>
<b>Em 2005, a oferta formativa está definida.</b>	1. 1. N.º de cursos. 1. 2. N.º de áreas abrangidas pela oferta. 1. 3. N.º de instituições com oferta formativa integrada, envolvidas no Plano.	1. 1. Documentos produzidos de apoio ao Plano. 1. 2. Registo das sessões de trabalho.	1. 1. Disponibilidade de formadores para os cursos.
<b>Resultados</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Meios de Verificação</b>	<b>Pressupostos Externos</b>
1. Em 2005, os conteúdos de formação são partilhados.  2. Em 2005, o planeamento da formação é feito em conjunto.  3. Em 2005, o diagnóstico é integrado.  4. Em 2005, é feita a divulgação dos cursos de formação existentes.	1. 1. N.º de instituições que disponibilizam conteúdos. 1. 2. N.º de reuniões de partilha de conteúdos. 2. 1. N.º de entidades que participam nas reuniões de trabalho. 2. 2. N.º de reuniões. 3. 1. N.º de Diagnósticos sectoriais integrados. 3. 2. N.º de actividades de diagnóstico realizadas em conjunto. 4. 1. N.º de suportes disponibilizados (Net, folhetos...) 4. 2. Taxa de cobertura da informação. 4. 3. N.º de pessoas com acesso à formação.	1. 1. Actas das reuniões de trabalho.  2. 1. “ “ “.  3. 1. Documento do diagnóstico.  4. 1. Materiais produzidos. 4. 2. Lista de Mailings enviados.	1. 1. As instituições adoptam uma atitude aberta e transparente.  2. 1. “ “ “.  3. 1. Acesso às fontes de informação.  4. 1. Existência de recursos disponíveis nas instituições.

Actividades	Indicadores	Meios de Verificação	Pressupostos Externos
1. Elaboração do diagnóstico das necessidades de formação concelhias. 2. Constituição de um grupo de trabalho.	1. 1. Taxa de execução do Plano de Acção. 2. 1. “ “ “.	1. 1. Plano de Acção. 2. 1. “ “ “.	1. Compromisso institucional. 2. 1. “ “ “.



---

## Modelo de Gestão

### Integração em rede

A parceria do projecto integra-se no grupo temático da Empregabilidade a funcional no âmbito da Rede Social

### Entidade gestora

A parceria do projecto deve definir a coordenação técnica delegando-a num dos parceiros com essa função

### Equipa de acompanhamento

O núcleo executivo da rede social acompanha, monitoriza e articula o projecto com o PDS.





## **ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO**

---

## ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO

### II. 1. CONTEXTO DIAGNÓSTICO

#### O Diagnóstico – Problemas e Oportunidades

Na sequência do DIAGNÓSTICO SOCIAL do concelho, podemos afirmar que a realidade de concelho se aproxima, tanto ao nível das forças como das fraquezas, da realidade nacional e regional assumindo no entanto, numa ou noutra área, algumas especificidades.

De salientar que o Insucesso Escolar no concelho de Lousada é superior ao registado a nível Nacional e que em termos de Respostas Sociais, a nível regional, o concelho se encontra deficitário face ao Vale do Sousa.

Confirma-se assim o pressuposto de que as problemáticas locais têm, a maior parte das vezes, subjacente causas estruturais do país e/ou da própria região.

A análise das Forças e das Fraquezas não pode ser feita isoladamente: há que ter em conta que os diferentes aspectos de uma realidade se correlacionam.

## Análise SWOT

### **Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças para o Concelho de Lousada**

#### **Forças**

Rede Social;  
CPCJ;  
IPSS's;  
Associações desportivas, culturais e recreativas;  
Outras instituições que promovem serviços de apoio à infância e juventude;  
PETI;  
PIEF;  
Ensino recorrente;  
Associações/comissões de pais;  
Conselho Municipal de educação;  
I.S.S./I.P.;;  
CLA;  
UNIVAS;  
Centro de emprego;  
Associação industrial de Lousada;  
Associação comercial de Lousada;  
Gest H;  
Centro de gestão agrícola do Vale do Sousa;  
Adega cooperativa;  
Programa Quadro Prevenir II- Projecto Telhados de Vidro;  
Psicólogo Câmara Municipal de Lousada;

Psicólogo da Santa Casa da Misericórdia de Lousada;  
Conferências Vicentinas;  
RSI;  
Hospital Padre Américo (Psiquiatria);  
Centro de Saúde;  
Serviços de Acção Social do concelho;  
RASIP;  
Transportes Câmara Municipal de Lousada;  
Educação especial (professores de apoio- CAE);  
Equipa ACIP;  
Gabinetes/serviços privados;  
Lousada Séc. XXI;  
Duas escolas de hipismo (Covas e Silvares);  
Associação de Cultura Musical de Lousada (música, ballet);  
Jangada Teatro.

## **Fraquezas**

### **Educação**

Dificuldades de concentração;  
Falta de hábitos de estudo;  
Rapidez na abordagem dos conteúdos programáticos;  
Indisciplina na sala de aula;  
Desinteresse pela disciplina;  
Mobilidade dos docentes;  
Falta de pré-requisitos;  
Dificuldade de compreensão do discurso dos professores;  
Falta de oportunidade para esclarecimento de dúvidas;  
Antipatia/Não disponibilidade do professor;

Outro tipo de atrações que não a escola;  
Problemáticas sociais (famílias em situação de exclusão económica, social e cultural);  
Desvalorização da escola por parte da família;  
Problemas organizativos da própria escola;  
Falta de adequação dos programas às necessidades dos alunos;  
Falta de respostas de encaminhamento para os alunos.

### **Emprego**

Baixo nível educacional/formação profissional  
Perfil dos empresários;  
Baixa escolaridade;  
Pouca formação profissional;  
Mão-de-obra infantil;  
Trabalho ilegal;

### **Alcoolismo**

Não reconhecimento do problema por parte da população e do próprio;  
Ausência de estruturas de apoio ao alcoólico e à família;  
Ausência de estruturas (prevenção/tratamento e reabilitação);  
Ausência de técnicos especializados;  
Falta de equipas multidisciplinares;  
Falta de articulação entre os diferentes serviços;  
Hábito cultural e social de dar álcool às crianças e grávidas;  
Acesso fácil ao álcool;  
Violência doméstica.

### **Respostas Sociais**

#### **População deficiente 0 aos 15 anos**

Falta de profissionais especializados;  
Ausência de clarificação e uniformização de conceitos;

Ausência de uma caracterização actual da situação do concelho;  
Ausência de espaços de integração sócio-cultural e preparação para a vida activa;  
Insuficiência de transportes;  
Barreiras arquitectónicas.

### **População deficiente Adulta**

Ausência de respostas concelhias;  
Falta de locais, cursos de formação pré-profissional/emprego protegido;  
Ausência de caracterização actual do concelho;  
Barreiras arquitectónicas;  
Barreiras sociais e económicas;  
Desvalorização das capacidades da população com deficiência e consequente desinvestimento das actividades produtivas, culturais, recreativas, desportivas e sociais

### **Insuficiência de respostas sociais para a 1ª infância- até aos 3 anos**

Pouca dinâmica social;  
Proletarização da população feminina;  
Avós jovens com actividade profissional;  
Respostas existentes nem sempre se coadunam com as necessidades dos pais (ex: horários e período de férias);  
Contradição demográfica: população jovem, mas com poucos filhos- risco empresarial;  
Respostas privadas têm custos elevados para as famílias do concelho.

### **Oportunidades**

Políticas europeias, nacionais e regionais em que a coesão económica e social é assumida como objectivo estrutural do processo de desenvolvimento;  
Instrumentos e medidas de financiamento disponíveis: Programas Comunitários, Programas Operacionais, Programas Nacionais.

PNAI;  
4.º QCA;  
FSE;  
ANEFA;  
DREN (SAP)  
I.E.F.P.;  
PRODEP;  
EQUAL;  
SER CRIANÇA;  
Alcoólicos Anónimos;  
CRAP;  
Hospitais Padre Américo e Magalhães Lemos;  
IDT;  
SAÚDE XXI;  
APIPE;  
Linha Vida (1414);  
Liga Portuguesa de Profilaxia Social;  
Direcção Geral de Saúde;  
Parcerias com IPSS's;  
Decreto-lei 1102;  
Projectos Gulbenkian;  
PMP's;  
PROGRIDE;  
SNRIPD;  
ISS/IP (PIDDAC).

### **Ameaças**

#### **Educação**

Desarticulação curricular;  
Colocação tardia e burocrática dos professores;

Falta de recursos humanos;  
Turmas sobrelotadas;  
Falta de infra-estruturas para a estimulação das capacidades globais de crianças e jovens;  
Falta de financiamento de outros cursos de formação profissional;  
Baixo nível sócio-cultural das famílias.

## **Emprego**

### **Baixo nível de Qualificação**

#### **Profissional/Formação Profissional**

Aumento do desemprego/sociedade de consumo;  
Precariedade contratual;  
Baixos salários;  
Trabalho ilegal;  
Baixo nível de qualificação dos empresários;  
Trabalho domiciliário e trabalho infantil.

#### **Trabalho Pouco Qualificado**

Conjuntura económica;  
Instabilidade laboral.

#### **Alcoolismo**

Baixo preço das bebidas alcoólicas;  
Acesso fácil ao álcool;  
Ausência de vontade política na resolução do problema;  
Incitamento ao consumo, através da publicidade;  
Falta de informação sobre os malefícios do consumo do álcool;  
Desemprego.

## **Respostas Sociais**

### **População deficiente 0 aos 15 anos**

Conjuntura Económica;

Desinvestimento político nas questões sócio-educativas;

Alterações legislativas, instabilidade.

### **População deficiente Adulta**

Conjuntura económica;

Desinvestimento nas questões sociais;

Ausência de espaço de informação e divulgação com acesso rápido (loja do cidadão para as pessoas com deficiência).

### **Insuficiência de respostas sociais para a 1ª infância- até aos 3 anos**

Conjuntura sócio-económica;

Diminuição da taxa de natalidade.

## **PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO PARA O CONCELHO DE LOUSADA**

Na sequência da análise das problemáticas e da realidade concelhia, foram definidas no DIAGNÓSTICO SOCIAL como **prioridades gerais de intervenção**:

- 1. DEPENDÊNCIAS - Conhecer a realidade e diminuir o fenómeno;**
- 2. EDUCAÇÃO - Aumentar o nível de habilitações e qualificações da população;**
- 3. EMPREGO - Aumentar o nível de formação profissional e reduzir o trabalho não qualificado;**

#### **4. RESPOSTAS SOCIAIS - Criar respostas para a população deficiente (Crianças e Adultos), aumentar o número de respostas para as crianças dos 0 aos 3 anos.**

### **OPÇÕES ESTRATÉGICAS**

As opções estratégicas da intervenção para o concelho foram decididas pelos parceiros do **Conselho Local de Acção Social**, que trabalham mais directamente em cada área temática (definidas por problemáticas), durante os “**Workshops Temáticos**”, que decorreram durante os anos de 2004 e 2005. Estes “**Workshops Temáticos**” tiveram como principal **objectivo**: definir de uma forma participada, as linhas orientadoras para o desenvolvimento social de Lousada, aprofundar as prioridades de intervenção definidas em diagnóstico, definir estratégias a implementar, priorizar intervenções, definir metas a atingir nas diversas áreas e avaliar a sua viabilidade de concretização.

As **Opções Estratégicas** foram definidas com base numa análise conjugada dos seguintes factores:

- Os **recursos** existentes (quer ao nível da comunidade, quer ao nível de possíveis candidaturas a programas e medidas);
- A **viabilidade** da concretização das acções (a vontade institucional);
- Os **critérios de priorização dos problemas** (a causalidade estrutural, a incidência do problema, o impacto - o grau de influência na resolução de outros problemas e o tipo de população abrangida – grupos vulneráveis);

As Opções Estratégicas foram também tomadas de acordo com os princípios da Rede Social: **integração**, a **articulação**, a **subsidiariedade**, a **inovação** e a **participação** de todos os intervenientes.

Durante o processo de tomada de decisão com base nos critérios supracitados, foram elencadas várias **propostas de intervenção** pelos diferentes parceiros. A escolha de uma ou outra estratégia esteve associada aos recursos existentes e à viabilidade de concretização das intervenções, bem como à incidência dos problemas. Por essa razão, existem propostas de intervenção que não foram integradas no PDS mas que sendo válidas e importantes para o desenvolvimento do concelho, poderão vir a ser posteriormente integradas.

## II. 2. EIXOS DE INTERVENÇÃO

A Orientação Estratégica permite identificar em cada Eixo, de acordo com as diferentes **Problemáticas** diagnosticadas, as **Estratégias e os Vectores Estratégicos** que serviram de base ao caminho escolhido para a resolução da problemática, a **Tipologia de Intervenção**, ou Intervenções Prioritárias, e os **Recursos** (programas e entidades), necessários à intervenção. (Ver Quadro n.º 1 – Orientação Estratégica).

Os **Eixos de Intervenção** foram definidos de forma a permitir visualizar e organizar, numa perspectiva integrada, a intervenção. Aqueles correspondem a 4 problemáticas prioritárias, e a uma visão genérica, orientadora e organizadora do Plano. Desta forma foram definidos Eixos de Intervenção:

- ✚ **Eixo 1** - Prevenção das Dependências em Grupos-alvo Estratégicos;
- ✚ **Eixo 2** - Intervenção Educativa orientada para a Inserção;
- ✚ **Eixo 3** - Qualificação de Jovens e Adultos;
- ✚ **Eixo 4** – Respostas Sociais.

## QUADRO N.º 1 – ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

### II. 2. 1. EIXO 1 – PREVENÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS EM GRUPOS-ALVO ESTRATÉGICOS

Eixo	Vector Estratégico	Estratégica de Intervenção	Projecto Estratégico	Parceria Estratégica	Recursos Estratégicos
<b>Prevenção das dependências em grupos-alvo estratégicos</b>	1. Famílias e Alcoolismo.	1. Percepção dos impactos do álcool.	1. 1. Escola de Pais 1. 2. Alcoólicos Anónimos 1. 3. Pré-escolar promove sessões de prevenção para a comunidade.	1. 1. Juntas de Freguesia; 1. 2. Pré-escolar; 1. 3. Alcoólicos Anónimos Nacionais; 1. 4. Escola de Pais Nacional; 1. 5. Comissões de Pais.	1. 1. Projectos educativos do Pré-escolar; 1. 2. Saúde.
	2. Promoção de hábitos de vida saudáveis nas crianças.	2. Acesso a vivências alternativas ao seu quotidiano.	2. 1. Programa de Ocupação de Tempos Livres descentralizados. 2. 2. Educação para a saúde (alimentar..).	2. 1. Juntas de Freguesia; 2. 2. Saúde; 2. 3. Empresários; 2. 4. Associações desportivas, recreativas, culturais; 2. 5. CPCJ Alargada; 2. 6. Segurança Social.	2. 1. Bolsa de Empresários; 2. 2. Transportes das Juntas e da Câmara Municipal de Lousada; 2. 3. Ser Criança; 2. 4. Saúde; 2. 5. Equipamentos das várias Instituições.

---

## **Projecto em Execução – ESCOLHAS, 2.<sup>a</sup> GERAÇÃO**

### **Designação do Projecto:**

“Despertar para a Inclusão Social”

### **Duração:**

2 anos (Outubro de 2004 a Outubro de 2006)

### **População Alvo:**

Crianças/Jovens (6 aos 18 anos);  
Famílias;  
Professores, Auxiliares, Pessoas-chave da Comunidade.

### **Território Abrangido:**

Freguesia de Vilar do Torno e Alentém.

### **Objectivos:**

1. Até Outubro de 2006, criar condições para reduzir em 5% os fenómenos de trabalho infantil, abandono, absentismo e insucesso escolar das crianças e jovens.
2. Até Outubro de 2006, promover em 15% das famílias competências sociais, profissionais e parentais.
3. Até Outubro de 2006, dinamizar e consolidar uma rede de parcerias locais (institucionais e empresariais) com vista a construção de um projecto colectivo na área social.

### **Áreas de Intervenção:**

1. Apoio à integração social e comunitária;
2. Apoio a crianças, jovens e idosos;
3. Promoção cultural, desportiva e recreativa.

## II. 2. 2. EIXO 2 – INTERVENÇÃO EDUCATIVA ORIENTADA PARA A INSERÇÃO

Eixo	Vector Estratégico	Estratégica de Intervenção	Projecto Estratégico	Parceria Estratégica	Recursos Estratégicos
<b>Intervenção Educativa orientada para a Inserção</b>	1. Alternativas Escolares	1. Dar competências educativas e profissionalizantes.	1. 1. Cursos de Educação/Formação; 1. 2. Orientação vocacional nas escolas; 1. 3. Cursos de aprendizagem; 1. 4. Cursos PIEF com a vertente profissional; 1. 5. Parcerias com as empresas; 1. 6. Articulação escolas/formação profissional.	1. 1. IEFEP; 1. 2. Agrupamentos escolares; 1. 3. Câmara Municipal de Lousada; 1. 4. Empresas; 1. 5. PETI; 1. 6. Associações empresariais.	1. 1. Legislação sobre currículos alternativos e autonomia das escolas; 1. 2. PETI (PIEF); 1. 3. Oferta formativa do concelho.

<p style="text-align: center;"><b>Intervenção Educativa orientada para a Inserção (cont.)</b></p>	<p>2. Intervenção Social nas Escolas</p>	<p>2. Mediação escola/família.</p>	<p>2. 1. Escola de Pais; 2. 2. Equipas multidisciplinares nas escolas; 2. 3. Construção de projectos de inserção dos jovens; 2. 4. Intervenção psico-social com crianças na escola; 2. 5. Formação das famílias no âmbito das competências parentais; 2. 6. Apoio e acompanhamento personalizado a crianças com Necessidades Educativas Especiais.</p>	<p>2. 1. IPSS's; 2. 2. Câmara Municipal de Lousada; 2. 3. Associações e Comissões de Pais; 2. 4. Associações de estudantes</p>	<p>2. 1. Ser Criança; 2. 2. Escolhas; 2. 3. Animadores; 2. 4. Protocolos para estagiários.</p>
---	--	------------------------------------	--	--	--

---

## **Projectos Aprovados: Cursos de Educação/Formação**

### **✚ Agrupamento Vertical de Escolas Este de Lousada**

#### **Designação do Projecto:**

“Curso de Floricultura e Jardinagem”.

#### **Duração:**

1 ano (1200 Horas) Setembro de 2005 a Julho de 2006.

#### **População Alvo:**

Jovens com o 8.º ano de escolaridade.

#### **Território Abrangido:**

Freguesia de Caíde de Rei.

#### **Objectivos:**

1. Qualificar a Mão-de-obra;
2. Dinamização económica e social do concelho.
3. Valorizar, racionalizar e robustecer formas de actividade tradicionais
4. Motivar a emergência de projectos inovadores, com vias alternativas.

#### **Áreas de Intervenção:**

1. Jardinagem e Espaços Verdes.



---

## **Agrupamento Vertical de Escolas Lousada Centro**

### **Designação do Projecto:**

“Curso de Hotelaria e Restauração”.

### **Duração:**

2 anos (2109 Horas) Setembro de 2004 a Julho de 2006.

### **População Alvo:**

Jovens a frequentarem os 6.º, 7.º e 8.º anos de escolaridade.

### **Território Abrangido:**

Freguesia de Cristelos.

### **Objectivos:**

1. Combater o Abandono Escolar Precoce;
2. Qualificar os Jovens;
3. Responder às necessidades de formação nesta área.

### **Áreas de Intervenção:**

1. Hotelaria e Restauração.

---

 **Escola Secundária de Lousada**

**Designação do Projecto:**

“Curso de Ciências Informáticas”.

**Duração:**

1 ano (1200 Horas) Setembro de 2005 a Julho de 2006.

**População Alvo:**

Jovens com o 8.º e 9.º anos de escolaridade.

**Território Abrangido:**

Freguesia de Pias.

**Objectivos:**

1. Combater o Abandono Escolar Precoce;
2. Qualificar os Jovens;

**Áreas de Intervenção:**

1. Ciências Informáticas.

## II. 2. 3. EIXO 3 – QUALIFICAÇÃO DE JOVENS E ACTIVOS

Eixo	Vector Estratégico	Estratégica de Intervenção	Projecto Estratégico	Parceria Estratégica	Recursos Estratégicos
<b>Qualificação de Jovens e Activos</b>	1. Qualificação de adultos	1. Articulação entre CRVCC e empresas para apoio à qualificação dos trabalhadores.	1. Serviço de apoio e suporte à qualificação (pacotes de formação às empresas e portefólios de competências.	1. I.E.F.P.; ACIP; Seg. Social; Misericórdia; Gest H; Câmara Municipal de Lousada; Adega cooperativa; Centro de Gestão Agrícola.	1. POEFDS, medida 5.1; EQUAL.
	2. Qualificação Profissional	2. Intervir nas competências de reconversão profissional.	2. Projecto de Intervenção Empresarial na área da polivalência e trabalho de equipa.	2. I.E.F.P.; ACIP; Seg. Social; Misericórdia; Gest H; Câmara Municipal de Lousada; Adega cooperativa; Centro de Gestão Agrícola.	2. I.E.F.P., Programa Rede; Citex; FORAL.
	3. Qualificação das	3. Intervir no	3. Programa alargado de	3. I.E.F.P.;	3. Cursos EFA;



Rede Social  
Lousada

<b>Qualificação de Jovens e Activos (Cont.)</b>	competências sócio-culturais e comunitárias.	desenvolvimento pessoal.	cursos EFA; grupos de suporte.	ACIP; Seg. Social; Misericórdia; Gest H; Câmara Municipal de Lousada; Adega cooperativa; Centro de Gestão Agrícola; A.I.L..	Saúde XXI. ANAFRE; Animadores I.E.F.P.; Bolsheiros do Ensino Recorrente.
---	--	--------------------------	--------------------------------	--	---

## Projectos em Curso: **Oferta Formativa**

### **Associação Industrial de Lousada**

#### **População Alvo:**

No âmbito da actividade formativa, tem como público-alvo:

- Activos;

#### **Áreas de Formação:**

No âmbito das acções de formação profissional, a A.I.L. está vocacionada para actuar em diversas áreas de formação, tais como:

- Internet e Correio Electrónico;
- Introdução à Informática e Microsoft Word e Excel;
- Microsoft Word e Excel Avançado;
- Apresentações Electrónicas – Microsoft PowerPoint;
- Base de Dados – Microsoft Access;
- Comunicação e Secretariado;
- Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho;
- Gestão da Qualidade;
- Iniciação à Contabilidade;
- Contabilidade Avançada;
- Fiscalidade;
- Direito da Segurança Social;
- Primeiros Socorros;
- Gestão de Clientes e Fornecedores.

- Desempregados Qualificados;

### **Áreas de Formação:**

No âmbito das acções de formação profissional, a A.I.L. está vocacionada para actuar em diversas áreas de formação, tais como:

- Finanças para não Financeiros;
- Gestão da Informação e do Conhecimento.

### **CRVCC: Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências**

Competências ao nível do 4.º, 6.º ou 9.º ano de escolaridade.



---

## **Adega Cooperativa de Lousada**

### **População Alvo:**

No âmbito da actividade formativa, tem como público-alvo:

- Activos;
- Desempregados.

### **Áreas de Formação:**

No âmbito das acções de formação profissional, a A.C.L. está vocacionada para actuar em diversas áreas de formação, tais como:

- Vitivinicultura (126h);
- Poda e Enxertia na Vinha (48h);
- Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos (35h).

---

 **Centro de Gestão Agrícola do Vale do Sousa**

### **População Alvo:**

No âmbito da actividade formativa, tem como público-alvo:

- Activos;
- Desempregados.

### **Áreas de Formação:**

No âmbito das acções de formação profissional, a A.C.L. está vocacionada para actuar em diversas áreas de formação, tais como:

- Horticultura Biológica (66h);
- Pecuária – Bovinos de Leite (90h);
- Produção de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares (72);
- Gestão Florestal (60h);
- Pequenos Ruminantes (90h);
- Prevenção de Fogos Florestais (60h).

## **População Alvo:**

No âmbito da actividade formativa, tem como público-alvo:

- Desempregados;
- Jovens à procura do primeiro emprego;
- Activos;
- Mão-de-obra agrícola familiar;
- Licenciados.

## **Áreas de Formação:**

No âmbito das acções de formação profissional, a Gest H vocacionada para actuar em diversas áreas de formação, tais como:

- Economia e Gestão;
- Comercial e Marketing;
- Informática;
- Administração e Contabilidade;
- Higiene e Segurança no Trabalho;
- Línguas;
- Serviços sociais;
- Agricultura.

## FORMAÇÃO A DECORRER 2005

<b>GEST H</b>	
<b>Acção de Formação</b>	<b>Local de Realização</b>
Técnico de Marketing (Aprendizagem)	Lousada
Técnico de Contabilidade (Aprendizagem)	Lousada
Técnico Comercial (Aprendizagem)	Lousada
Técnicas Aplicadas aos Serviços Pessoais e à Comunidade (Aprendizagem)	Lousada
Técnico de Gestão Administrativa (Aprendizagem)	Lousada
Confecção de Bordados	Lousada
Assistente Familiar	Lousada
CRC	Lousada

## II. 2. 4. EIXO 4 – RESPOSTAS SOCIAIS

Eixo	Vector Estratégico	Estratégica de Intervenção	Projecto Estratégico	Parceria Estratégica	Recursos Estratégicos
<b>Respostas Sociais</b>	1. Ampliar recursos	1. Potenciar equipamentos existentes.	1. Rede de creches; Creche familiar; A.T.L.'s de rectaguarda familiar.	1. Segurança Social; Câmara Municipal de Lousada; I.P.S.S.'s.	1. Acordos atípicos da segurança Social; Alargamento dos Acordos; Progride 1.
	2. Criar novas respostas	2. Respostas para grupos vulneráveis e de risco.	2. Unidade de tratamento para Alcoolismo; Equipa de Alcoologia; Centro de Acolhimento temporário para crianças e jovens; Centro de Apoio à família; Unidade de Apoio e Encaminhamento para vítimas de violência doméstica; Unidade de Emergência para vítimas de	2. Segurança Social; Câmara Municipal de Lousada; I.P.S.S.'s.	2. Valências da Segurança Social; Acordos com Seg. Social; Progride 2; Ser Criança.

---

			violência doméstica; CAO; Mini Lar para deficientes; Formação Sócio- profissional para população deficiente.		
--	--	--	--	--	--



---

## Projecto em Candidatura – **SER CRIANÇA**

### **Designação do Projecto:**

“Crescer Saudável – Serviço de Apoio à Criança e à Família Alcoólica”

### **Duração:**

3 anos (Outubro de 2005 a Setembro de 2008)

### **População Alvo:**

Crianças/Jovens (4 aos 13 anos);  
Famílias;  
Professores da Saúde e da Educação;  
Técnicos (Pop. Indirecta);  
Comunidade (Pop. Indirecta).

### **Território Abrangido:**

Freguesia de Boim;  
Freguesia de Lustosa;  
Freguesia de Meinedo;  
Freguesia do Torno  
Freguesia de Silvares;  
Freguesia de Sousela;  
Freguesia de Vilar do Torno e Alentém.

---

## **Objectivos:**

1. Em 2008, está implementado um Serviço de Apoio à Criança e à Família alcoólica.

1.1. Criar e dinamizar o serviço de despiste;

1.2. Acompanhamento e encaminhamento de crianças e famílias alcoólicas;

1.3. Promover a articulação inter-institucional;

1.4. Potenciar os recursos da comunidade, impulsionando o trabalho em rede;

## **Áreas de Intervenção:**

1. Família;

2. Espaço Escolar.

## II. 2. 5. QUADRO SÍNTESE DOS PROJECTOS DO CONCELHO

### QUADRO N.º 2 – SÍNTESE DOS PROJECTOS ESTRUTURANTES

PROJECTOS EM PLANEAMENTO						
Intervenções Prioritárias: Projectos	Entidade Promotora	Grupo-Alvo	EIXOS <sup>2</sup>			
			1	2	3	4
(In)dependências	Técnico da Rede Social da Câmara Municipal de Lousada	Alcoólicos;  Famílias de alcoólicos;  Famílias de Risco;  Crianças e Jovens em Risco;  Mulheres vitimas de violência doméstica;  Crianças com dificuldades de aprendizagem devido ao alcoolismo dos pais.	X			

<sup>2</sup> Eixo 1 – Prevenção das Dependências em Grupos-alvo Estratégicos; Eixo 2 – Intervenção Educativa orientada para a Inserção; Eixo 3 – Qualificação de Jovens e Activos; Eixo 4 – Respostas Sociais.

<b>PROJECTOS EM PLANEAMENTO</b>						
<b>Intervenções Prioritárias: Projectos</b>	<b>Entidade Promotora</b>	<b>Grupo-Alvo</b>	<b>EIXOS<sup>3</sup></b>			
			<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
<b>Caminhar na Escola</b>	Técnico da Rede Social da Câmara Municipal de Lousada	Jovens dos 6 aos 18 anos;  Jovens fora da escolaridade obrigatória;  Crianças e Jovens em Risco;  Alunos com reduzido sucesso escolar;  Alunos com expectativas de inserção no mundo do trabalho;  Famílias de risco.		<b>X</b>		

<sup>3</sup> Eixo 1 – Prevenção das Dependências em Grupos-alvo Estratégicos; Eixo 2 – Intervenção Educativa orientada para a Inserção; Eixo 3 – Qualificação de Jovens e Activos; Eixo 4 – Respostas Sociais.

<b>PROJECTOS EM PLANEAMENTO</b>						
<b>Intervenções Prioritárias: Projectos</b>	<b>Entidade Promotora</b>	<b>Grupo-Alvo</b>	<b>EIXOS<sup>4</sup></b>			
			<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
<b>Formação para o Desenvolvimento</b>	Técnico da Rede Social da Câmara Municipal de Lousada	Mulheres desempregadas;  Activos empregados;  Grupos-alvo de Intervenção Social;  Recém licenciados;  Desempregados de Longa Duração.			<b>X</b>	

<sup>4</sup> Eixo 1 – Prevenção das Dependências em Grupos-alvo Estratégicos; Eixo 2 – Intervenção Educativa orientada para a Inserção; Eixo 3 – Qualificação de Jovens e Activos; Eixo 4 – Respostas Sociais.

## PROJECTOS PREVISTOS/EM CANDIDATURA

Intervenções Prioritárias: Projectos	Entidade Promotora	Grupo-Alvo	EIXOS <sup>5</sup>			
			1	2	3	4
<b>Ser Criança – “Crescer Saudável”</b>	Câmara Municipal de Lousada	Crianças/Jovens (4 aos 13 anos);  Famílias;  Professores da Saúde e da Educação;  Técnicos (Pop. Indirecta);  Comunidade (Pop. Indirecta).				<b>X</b>

<sup>5</sup> Eixo 1 – Prevenção das Dependências em Grupos-alvo Estratégicos; Eixo 2 – Intervenção Educativa orientada para a Inserção; Eixo 3 – Qualificação de Jovens e Activos; Eixo 4 – Respostas Sociais.

## PROJECTOS PREVISTOS/EM CANDIDATURA

Intervenções Prioritárias: Projectos	Entidade Promotora	Grupo-Alvo	EIXOS <sup>6</sup>			
			1	2	3	4
<b>Progride, Medida 2:</b> Percurso – Núcleo de Atendimento e Acolhimento Temporário de Apoio à Vítima	Câmara Municipal de Lousada	Vítima de Violência Doméstica;  Vítimas em geral.  Jovens mães.				<b>X</b>

<sup>6</sup> Eixo 1 – Prevenção das Dependências em Grupos-alvo Estratégicos; Eixo 2 – Intervenção Educativa orientada para a Inserção; Eixo 3 – Qualificação de Jovens e Activos; Eixo 4 – Respostas Sociais.

## PROJECTOS PREVISTOS/EM CANDIDATURA

Intervenções Prioritárias: Projectos	Entidade Promotora	Grupo-Alvo	EIXOS <sup>7</sup>			
			1	2	3	4
Acordo para <b>CAO</b>	ACIP	População Deficiente a partir dos 16 anos.				<b>X</b>

<sup>7</sup> Eixo 1 – Prevenção das Dependências em Grupos-alvo Estratégicos; Eixo 2 – Intervenção Educativa orientada para a Inserção; Eixo 3 – Qualificação de Jovens e Activos; Eixo 4 – Respostas Sociais.

## PROJECTOS PREVISTOS/EM CANDIDATURA

Intervenções Prioritárias: Projectos	Entidade Promotora	Grupo-Alvo	EIXOS <sup>8</sup>			
			1	2	3	4
Acordo para : Apoio Domiciliário a Idosos, AD.	Centro Social e Paroquial de Lustosa	Idosos.				<b>X</b>

<sup>8</sup> Eixo 1 – Prevenção das Dependências em Grupos-alvo Estratégicos; Eixo 2 – Intervenção Educativa orientada para a Inserção; Eixo 3 – Qualificação de Jovens e Activos; Eixo 4 – Respostas Sociais.

<b>PROJECTOS EM CURSO</b>						
<b>Intervenções Prioritárias: Projectos</b>	<b>Entidade Promotora</b>	<b>Grupo-Alvo</b>	<b>EIXOS<sup>9</sup></b>			
			<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
<b>RASIP – Rede Articulada de Serviços em Intervenção Precoce</b>	ACIP	População Deficiente ao nível da Intervenção Precoce e Famílias.				<b>X</b>

<sup>9</sup> Eixo 1 – Prevenção das Dependências em Grupos-alvo Estratégicos; Eixo 2 – Intervenção Educativa orientada para a Inserção; Eixo 3 – Qualificação de Jovens e Activos; Eixo 4 – Respostas Sociais.

<b>PROJECTOS EM CURSO</b>						
<b>Intervenções Prioritárias: Projectos</b>	<b>Entidade Promotora</b>	<b>Grupo-Alvo</b>	<b>EIXOS<sup>10</sup></b>			
			<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
<b>Escolhas – 2.<sup>a</sup> Geração:</b>  “Despertar para a Inclusão Social”	Associação de Desenvolvimento “despertar Vilar do Torno e Alentém”	Crianças/Jovens (6 aos 18 anos);  Famílias;  Professores, Auxiliares;  Pessoas-chave da Comunidade.	<b>X</b>			

<sup>10</sup> Eixo 1 – Prevenção das Dependências em Grupos-alvo Estratégicos; Eixo 2 – Intervenção Educativa orientada para a Inserção; Eixo 3 – Qualificação de Jovens e Activos; Eixo 4 – Respostas Sociais.

<b>PROJECTOS EM CURSO</b>						
<b>Intervenções Prioritárias: Projectos</b>	<b>Entidade Promotora</b>	<b>Grupo-Alvo</b>	<b>EIXOS<sup>11</sup></b>			
			<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
<b>“Mãos Solidárias”</b>	Associação SRC “Ao Encontro das Raízes”	Desempregados;  Pop. Com ausência/insuficiência de rendimentos;  Famílias Monoparentais;  Pensionistas;  Situações de Vulnerabilidade Social;				<b>X</b>

<sup>11</sup> Eixo 1 – Prevenção das Dependências em Grupos-alvo Estratégicos; Eixo 2 – Intervenção Educativa orientada para a Inserção; Eixo 3 – Qualificação de Jovens e Activos; Eixo 4 – Respostas Sociais.

<b>PROJECTOS EM CURSO</b>						
<b>Intervenções Prioritárias: Projectos</b>	<b>Entidade Promotora</b>	<b>Grupo-Alvo</b>	<b>EIXOS<sup>12</sup></b>			
			<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
<b>Centro de Actividades de Tempos Livres</b>	Centro Social e Paroquial de Lustosa	Crianças/Jovens (7 aos 15 anos);				<b>X</b>

<sup>12</sup> Eixo 1 – Prevenção das Dependências em Grupos-alvo Estratégicos; Eixo 2 – Intervenção Educativa orientada para a Inserção; Eixo 3 – Qualificação de Jovens e Activos; Eixo 4 – Respostas Sociais.



## DISPOSITIVOS DE PLANEAMENTO INTEGRADO

## Sistema de Articulação

Trabalhar em rede implica a definição de espaços e momentos de encontro e de articulação entre as diferentes entidades, por forma a promover a coordenação das intervenções, potenciar a cooperação inter-sectorial, procurar soluções em conjunto e potenciar os recursos locais e institucionais.

Este PDS integra assim um Sistema de Articulação e de Integração, definido como um “ponto de encontro” dos agentes sociais, prevendo a realização de acções específicas quer ao nível da articulação, quer ao nível da integração.

### III. 1. MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO

As acções de articulação previstas, têm como **objectivos**:

- Definir abordagens integradas e estruturantes da realidade social e da possível intervenção nesta;
- Partilhar informação sobre as actividades, medidas e projectos que operam no local, principalmente das entidades que intervém no mesmo domínio;
- Entrecruzar iniciativas em áreas de actuação comuns, com vista à rentabilização dos meios;
- Evitar a sobreposição dos serviços, das competências e funções dos técnicos;
- Procurar um modelo de intervenção que defina claramente, cada vez mais, as funções de cada serviço (tendo em vista a especialização), principalmente dos que dão apoio aos mesmos beneficiários;
- Planear, implementar e avaliar as intervenções, em conjunto.

Neste capítulo, identificamos diferentes níveis e contextos de articulação: a articulação das sub-redes institucionais (parcerias), a articulação inter-serviços com

vista ao desenvolvimento de acções/ projectos em conjunto e a articulação extra-concelhia, nomeadamente com outros CLAS.

Algumas destas acções de articulação, foram definidas nos *Workshop's Temáticos do PDS* (articulação inter-serviços e articulação extra-concelhia). No entanto, no decorrer da operacionalização do Plano, outras parcerias poderão surgir, sempre que nas suas intervenções, as entidades o identificarem como necessário ao desenvolvimento das acções/ projectos.

O funcionamento e os momentos privilegiados de articulação, aqui definidos, estão previstos no Plano de Acção/ Actividades de Articulação.

### Mecanismos de Integração e Articulação

O que podemos articular		Formas de articulação
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ CPCJ;</li> <li>✚ NLI's...</li> <li>✚ ...</li> </ul>	Objectivos Metodologia Resultados	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ 2 Fóruns de articulação anuais.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Projectos e Instituições</li> </ul>	Objectivos Metodologia Resultados	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Planeamento conjunto e integrado de projectos e candidaturas.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Procedimentos e funcionamento orgânico das Instituições</li> </ul>	Objectivos Metodologia Resultados	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Grelha de Avaliação das famílias;</li> <li>✚ Definição dos circuitos de resposta;</li> <li>✚ Atendimento Integrado.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Instituições</li> <li>✚ Técnicos;</li> <li>✚ Dirigentes</li> </ul>	Objectivos Metodologia Resultados	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Formação/Workshops;</li> <li>✚ Encontros temáticos para técnicos e dirigentes.</li> </ul>

### Compromisso para a Acção

## ARTICULAÇÃO DE SUB-REDES INSTITUCIONAIS (PARCERIAS)

### ❖ Articulação Inter – Serviços de Acção Social

Reunião de Articulação Semestral, entre diferentes medidas e serviços, nomeadamente:

- Conselho Local de Acção Social
- CLA/Núcleo Local de Inserção
- Comissão de Protecção de Crianças e Jovens
- Projectos de Incidência Familiar e Comunitária
- Equipa Concelhia de Intervenção Precoce
- Serviços de Atendimento de Acção Social

#### **Resultados:**

- Aumento dos recursos disponíveis;
- Racionalização e optimização de meios;
- Transversalidade estratégica;
- Qualidade dos projectos e candidaturas;
- Nível de articulação e complementaridade;
- Integração das intervenções;
- Projectos estruturantes;
- Abordagem sistémica da intervenção;
- Coerência global da intervenção;
- Suportes e linguagens comuns na abordagem dos problemas.

#### **Entidade Promotora:**

- Núcleo Executivo da Rede Social;
- Câmara Municipal de Lousada.

**Periodicidade:**

- Semestral.

**Metodologia:**

- Constituição de um núcleo técnico que inclui representantes de todas as sub redes;
- Preparação de propostas de acção e diagnóstico conjunto;
- Workshops temáticos para avaliação planeamento da acção a partir das propostas técnicas;
- Validação em cada sub rede.

❖ **Articulação das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's) concelhias**

- Reunião Trimestral das Técnicos Superiores das IPSS's do concelho.
- Articulação com Instituições do Concelho sem fins lucrativos.

**Resultados:**

- Articulação das actividades das instituições;
- Informação estratégica partilhada;
- Plano de formação identificado;
- Estratégias de intervenção sócio familiar definidas e articuladas;
- Planos de actividades partilhados participados.

**Entidade Promotora:**

- Segurança Social.

**Periodicidade:**

- Anual.

### **Metodologia:**

- Constituição de um núcleo técnico preparatório;
- Avaliação das respostas prestadas;
- Workshop das IPSS'S para apreciação e validação das propostas e recomendações.

### ❖ **Fórum de Projectos**

- Articulação entre as parcerias dos diferentes Projectos.

### **Resultados:**

- Avaliações partilhadas;
- Plano de candidaturas;
- Projectos delineados;
- Promotores identificados;
- Parceiros identificados;
- Complementaridades identificadas;
- Integração de intervenção definida;
- Plano operacional de implementação.

### **Entidade Promotora:**

- Núcleo executivo.

### **Periodicidade:**

- Semestral.

### **Metodologia:**

- Pesquisa e oportunidades de candidaturas e projectos;
- Pesquisa de novas medidas de intervenção social;
- Disponibilização prévia de informação relevante;
- Diagnóstico participado e actualizado;
- Construção de visão comum;
- Planeamento integrado e participado dos projectos e intervenções.

## **ARTICULAÇÃO INTER-SERVIÇOS**

**(COM VISTA AO DESENVOLVIMENTO DE ACÇÕES/PROJECTOS)**

### ❖ **Articulação Rede Social / PDM**

- Articulação com a Secção de Planeamento da Câmara Municipal de Lousada, com vista à identificação e previsão do uso do solo para equipamentos, em PDM.

#### **Resultados:**

- Diagnóstico da rede social utilizado no PDM;
- Previsão de implantação de equipamentos sociais;

#### **Entidade Promotora:**

- Núcleo executivo da rede social.

#### **Periodicidade:**

- Durante a fase de revisão do PDM.

#### **Metodologia:**

- Reuniões de articulação entre a equipa do PDM da autarquia e o núcleo executivo.

### ❖ **Articulação Rede Social /Conselho Municipal de Educação**

- Articulação com o Conselho Municipal de Educação.

**Resultados:**

- Diagnóstico partilhado;
- Propostas da rede integradas na carta escolar;

**Entidade Promotora:**

- Núcleo executivo da rede social.

**Periodicidade:**

- Semestral.

**Metodologia:**

- Reuniões de articulação entre o CME e o núcleo executivo.

❖ **Articulação Educação de Adultos / Emprego**

Parceria entre:

- IEFP/ Centro de Emprego
- Ensino Recorrente de Lousada

**Resultados:**

- Inclusão de certificação escolar na formação profissional.

**Entidade Promotora:**

- Parceria IEFP e Ensino recorrente.

**Periodicidade:**

- Contínua.

### **Metodologia:**

- Planeamento integrado formação/educação.

Com vista à realização de sessões de divulgação das acções de educação de adultos promovidas pelo Ensino Recorrente, para os desempregados inscritos, com baixas habilitações.

### ❖ **Articulação Saúde – Acção Social**

Parceria entre:

Centro de Saúde de Lousada

Projectos de Incidência Familiar e Comunitária (IFC)

Com o objectivo de criar uma Equipa de Intervenção Multidisciplinar, com a colaboração dos Técnicos Superiores dos Projectos de IFC.

### **Resultados:**

- Intervenção integrada.

### **Entidade Promotora:**

- Parceria Centro de Saúde / IFC.

### **Periodicidade:**

- Contínua.

### **Metodologia:**

- Planeamento e acompanhamento conjunto das intervenções.

### ❖ **Articulação Educação/ Saúde Escolar**

- Parceria entre:
  - Agrupamentos de Escolas
  - Centro de Saúde
  
- Com vista à elaboração de um Plano de Intervenção conjunto entre as entidades supracitadas, no âmbito das problemáticas das Dependências e outros.

#### **Resultados:**

- Intervenção integrada.

#### **Entidade Promotora:**

- Parceria entre Agrupamentos de Escolas e Centro de Saúde.

#### **Periodicidade:**

- Contínua.

#### **Metodologia:**

- Planeamento integrado.
- Equipas mistas.
- Acompanhamento conjunto dos casos.

## ARTICULAÇÃO EXTRA – CONCELHIA

### ❖ Articulação Inter CLAS ao nível do Distrito do Porto

- ✓ Realização de um **Encontro Distrital sobre “Alcoolismo”**, tendo em vista a reflexão conjunta sobre a necessidade, no distrito e no concelho, de estruturas/valências específicas para pessoas em situação de dependências.

#### **Resultados:**

- Definição de estratégias regionais.

#### **Entidade Promotora:**

- CLAS de Lousada / Segurança Social.

#### **Periodicidade:**

- Anual.

#### **Metodologia:**

- Workshops de planeamento e avaliação.

## III. 2. CONTEXTOS DE INTEGRAÇÃO

Sendo a dinâmica e a mudança social cada vez mais rápida e sendo o PDS um documento em aberto, é necessário prever um espaço no contexto do Plano de Desenvolvimento Social, que esteja atento às mutações sociais no concelho e ao aparecimento de novos recursos (principalmente no que diz respeito a Planos enquadreadores da intervenção, a programas e a medidas), para de uma forma eficiente e participada, planear e conceber intervenções adequadas e integradas.

Assim os contextos de integração previstos têm como objectivos:

- Actualizar o PDS em função de novas possibilidades de intervenção e de novas problemáticas;
- Prever possíveis intervenções identificadas como prioritárias no concelho, que no momento de elaboração do documento, atendendo aos recursos disponíveis e à viabilidade de concretização, não ficaram inscritas em PDS;
- Planear em conjunto as intervenções, racionalizando os meios, evitando sobreposições e preenchendo áreas lacunares, no que se refere à apresentação de candidaturas;
- Estimular a introdução de hábitos de planeamento sistemático da intervenção pelos técnicos e pelas instituições;
- Dinamizar as instituições e apoiar, no que diz respeito à apresentação de candidaturas, facilitando o acesso à informação.

### Metodologia

⇒ Workshops de Planeamento.

À semelhança da definição conjunta do PDS, a metodologia escolhida para a dinamização do sistema de integração, será a da realização de Workshops de Planeamento.

A preparação e a dinamização dos Workshops, será da responsabilidade do Núcleo Executivo da Rede Social e serão realizados no momento prévio (sempre que houver conhecimento) do surgimento de candidaturas ou da necessidade de avaliar a intervenção numa nova problemática. Sendo que, de forma a programar estes momentos está previsto em Plano de Acção, a realização de um Workshop semestralmente.

Para estes Workshops serão convidadas a participar todas as entidades envolvidas na área temática em questão.

### III. 3. INTEGRAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO NO PDS

#### Carta Educativa do Vale do Sousa

A **Carta Educativa concebida**, no âmbito da **Associação de Municípios do Vale do Sousa** é um instrumento de planeamento regional da educação, que permite um conhecimento aprofundado da rede escolar.

#### Objectivos Estratégicos

Esta Carta Educativa tem três **Estratégias fundamentais**:

- 1. Dialogar, Conhecer, Agir;**
- 2. Cultura, uma Prioridade;**
- 3. Mais e Melhor Educação e Formação.**

As Propostas de Intervenção inserem-se sobretudo na 3.<sup>a</sup> Estratégia.

As **intervenções** propostas são agrupadas em **5 grupos**:

#### 1. Institucionalização

“Intervenções que visam definir o quadro institucional e organizativo em que a Carta Educativa se deve inserir para um mais pleno aproveitamento do seu conteúdo”<sup>13</sup>.

#### 2. Enquadramento

“Medidas relacionadas com o sistema educativo, mas que não constituem suas partes integrantes. Funcionam como enquadramento das restantes medidas, criando uma situação favorável à sua concretização”<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> VÁRIOS, *Carta Educativa do Vale do Sousa*, Direcção Regional de Educação do Norte, Setembro de 2000, p. 31.

### **3. Pedagógicas e Formativas**

“Medidas visando directamente a alteração de aspectos do sistema educativo e de formação”<sup>15</sup>.

### **4. Organização do Sistema Educativo**

“Medidas visando alterar formas de organização e gestão do sistema educativo”<sup>16</sup>.

### **5. Gestão**

“Intervenções que visam moldar a gestão da Carta Educativa e das propostas de intervenção a executar”<sup>17</sup>.

A prioridade é atribuída às intervenções de natureza Institucional e, consequentemente, de Gestão da Carta Educativa:

- ✓ “ Pacto Educativo na Associação de Municípios do Vale do Sousa (I001);
- ✓ Discussão Pública da Carta Educativa (I002);
- ✓ Informatização das Escolas de todos os níveis (I023);
- ✓ Pensar e Agir na Territorialização (I026);
- ✓ Conselhos Locais de Educação (I027);
- ✓ Gabinete de Apoio ao Pacto Educativo da Associação de Municípios do Vale do Sousa (I028);
- ✓ Fórum “Educação e Cultura no Vale do Sousa” (I029);
- ✓ Monitoragem (I030).”<sup>18</sup>

---

<sup>14</sup> *Idem*, p. 32.

<sup>15</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>16</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>17</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>18</sup> *Idem, Ibidem.*

## **PDM – Plano Director Municipal**

O ordenamento do concelho de Lousada é condição primordial para a criação de condições necessárias à fixação da população, ao seu progressivo bem-estar e ao desenvolvimento da participação da mesma nas instâncias locais, tendo em vista o desenvolvimento económico, social e cultural do concelho.

Este ordenamento tem como vectores mais importantes:

- a) A articulação e a organização espacial das diferentes componentes sectoriais;
- b) O equilíbrio na distribuição dos equipamentos colectivos e dos serviços públicos;
- c) A coordenação dos programas municipais com os da administração central e regional;
- d) A protecção do meio – ambiente e dos valores patrimoniais.

O PDM em vigor prevê o seguinte zonamento:

1. Zonas de Ocupação Urbana;
2. Zonas de Ocupação Industrial;
3. Zonas de Ocupação Condicionada:
  3. 1. Floresta Complementar;
  3. 2. Terrenos Agrícolas Complementares;
4. Zonas de Salvaguarda;
  4. 1. Reserva Agrícola Nacional;
  4. 2. Reserva Ecológica Nacional;
  4. 3. Zonas Florestais;
    4. 3. 1. Floresta Condicionada;
    4. 3. 2. Floresta Complementar;
  4. 4. Zonas afectas a Recursos Geológicos;
5. Zonas de Turismo e Recreio.

## INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO NACIONAIS E REGIONAIS ENQUADRADORES DO PDS

*“A promoção da inclusão social inscreve-se hoje no programa estratégico da União Europeia e de cada um dos Estados Membros. A Cimeira de Lisboa, realizada em Março de 2000, durante a Presidência Portuguesa da União Europeia, desempenhou um papel de importância decisiva ao definir para a Europa um novo objectivo estratégico enunciado na fórmula do triângulo de Lisboa, de crescimento económico, mais e melhor emprego e mais coesão social”<sup>19</sup>*

É no local que a concretização da mudança e das políticas sociais operam. No entanto, o planeamento da intervenção local não pode ser entendido e programado, sem a **articulação necessária com os outros instrumentos de planeamento**. As opções estratégicas tomadas para o concelho deverão, por uma questão de integração, estar em concordância com o que são as prioridades nacionais, regionais e em perfeita harmonia com outros instrumentos locais. Esta articulação deve, no entanto, ter em consideração as especificidades locais e integrá-las nas prioridades gerais do país.

Na definição das estratégias de desenvolvimento para o concelho, foram assim tidas em conta as prioridades europeias transversais que aparecem reflectidas em todos os planos e programas nacionais e que foram, também, identificadas como necessárias (e de intervenção prioritária), para o desenvolvimento do concelho.

Tendo em conta que são vários os Planos e Programas orientadores da Intervenção, e que elencá-los todos seria demasiado exaustivo, optámos por identificar e trabalhar a nível nacional, com os mais directamente relacionados com a questão social (PNDES, PNAI, PNE), com o instrumento de nível regional (PDRN).

---

<sup>19</sup> Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2003-2005.

## **PNDES – Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social**

O Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006, estabelece como meta a recuperação do atraso que separa Portugal dos restantes países europeus, no prazo de uma geração. Segundo o PNDES importa “encarar definitivamente uma mudança do modelo de crescimento no sentido de se conseguir, no período 2000-2006, aproximar claramente a economia portuguesa das actividades, factores de competitividade e tecnologias dinâmicas e estruturantes na economia mundial, em articulação com um modelo social que favoreça a solidariedade e coesão.”<sup>20</sup>

Esta visão de transformação passa pelos seguintes grandes **Objectivos**:

- ✚ **Elevar o nível de qualificação dos Portugueses, promover o emprego e a coesão social:** proporcionando-lhes os conhecimentos, as competências e o nível cultural global que permitirão a disseminação de elites criativas, assegurarão a sua empregabilidade e bem-estar no futuro e constituirão factor primeiro de coesão social.
  
- ✚ **Alterar o perfil produtivo em direcção às actividades do futuro:** aproximando o perfil produtivo – de bens, serviços e softwares criativos – do país, das actividades, dos factores de competitividade e das tecnologias que irão dinamizar e estruturar a economia mundial no médio/longo prazo por forma a garantir condições de sustentabilidade dos sistemas de coesão económica e social em todo o território nacional.
  
- ✚ **Afirmar a mais valia do território e da posição geoeconómica do país:** conquistando um lugar mais central na economia mundial, designadamente com a criação de uma rede de conexões euro-atlântica e euro-global e que permitam transmitir o máximo de impulsos de crescimento ao conjunto do território nacional.

---

<sup>20</sup> Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006, pag.3.

-  **Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a qualidade de vida urbana e o desenvolvimento rural:** assegurando uma dinâmica espacial que mobilize o potencial das regiões no sentido de favorecer a competitividade, do território, de melhorar a qualidade do desenvolvimento urbano e de favorecer o desenvolvimento rural, num quadro de uma gestão sustentável dos recursos, de valorização ambiental do território e de descentralização efectiva.
  
-  **Garantir a melhoria sustentada da protecção social:** assegurando o desenvolvimento de soluções de protecção mais efectiva, obedecendo aos princípios da universalidade de protecção com diferenciação positiva das prestações, da solidariedade, da complementaridade entre as responsabilidades do Estado, da sociedade e do cidadão, do primado da responsabilidade pública e da sustentabilidade.

## **PNAI – Plano Nacional de Acção para a Inclusão**

O Plano Nacional de Acção para a Inclusão (2003-2005), é um instrumento que, com base na análise da situação e das principais tendências do país, apresenta uma estratégia global de inclusão social, identificando os principais eixos estratégicos de intervenção e as medidas políticas em curso e a implementar.

O PNAI tem como grande finalidade a **promoção da inclusão de todos**, assumindo os quatro grandes objectivos para a luta contra a pobreza e a exclusão social, aprovados nos Conselhos Europeus de Lisboa e Santa Maria da Feira e que posteriormente foram adoptados pelo Conselho Europeu de Nice como comuns a todos os Estados Membros:

- ✚ Promover a participação no emprego e o acesso de todos aos recursos; aos direitos, aos bens e serviços;**
- ✚ Prevenir os riscos de exclusão;**
- ✚ Actuar em favor dos mais vulneráveis;**
- ✚ Mobilizar o conjunto dos intervenientes.**

*“A complexidade e pluridimensionalidade dos fenómenos de pobreza e exclusão social requer um vasto conjunto de medidas e políticas sectoriais que vem integrar-se e complementar-se numa estratégia global, fazendo face e prevenindo as situações de vulnerabilidade ainda existentes, sem perder de vista os necessários percursos do desenvolvimento sustentável.”<sup>21</sup>*

Estas políticas sociais manifestam-se em cada território e na sua população, em particular, na que se encontra em situação de exclusão. O Quadro seguinte, pretende fazer a articulação entre o PNAI e as prioridades de intervenção social para o concelho

---

<sup>21</sup> PNAI – Plano Nacional de Acção para a Inclusão (2003-2005).

de Lousada, de acordo com as características deste e das opções estratégicas para o seu desenvolvimento.

### Articulação do desenvolvimento local com

#### o Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2003-2005

Objectivos PNAI	Prioridades de Intervenção Local Inscritas em PDS
<p><b><u>1. PROMOVER A PARTICIPAÇÃO NO EMPREGO E O ACESSO DE TODOS AOS RECURSOS, AOS DIREITOS, AOS BENS E SERVIÇOS</u></b></p> <p><b><u>1.1 Promover a participação no emprego</u></b></p> <p><b>a) Favorecer o acesso a um emprego duradouro e de qualidade para todas as mulheres e todos os homens em condições de trabalhar, através, nomeadamente:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Da criação, para as pessoas que pertencem a grupos mais vulneráveis da população, de percursos de acompanhamento para o emprego e da mobilização, para o efeito, das políticas de formação</li> <li>– Da utilização de oportunidades de inserção e de emprego da economia social</li> </ul> <p><b>b) Prevenir as rupturas profissionais desenvolvendo a capacidade de inserção profissional graças à gestão dos recursos humanos, à organização do trabalho e à formação ao longo da vida</b></p> <p><b><u>1.2 Promover o acesso de todos aos recursos, aos direitos, aos bens e aos serviços</u></b></p>	<p> Criar respostas específicas para Pessoas Desempregadas;</p>

**a) Organizar os sistemas de protecção social para que:**

- Contribuam para garantir a todas as pessoas os recursos necessários para viverem de acordo com a dignidade humana.
- Ajudem a superar os obstáculos à aceitação de emprego, assegurando que o acesso ao emprego se traduza num aumento do rendimento e favorecendo a capacidade de inserção profissional

**c) Criar políticas que tenham por objectivo o acesso de todas as pessoas aos cuidados de saúde necessários, inclusivamente em caso de falta de autonomia**

**d) Desenvolver, à atenção das pessoas em causa, prestações, serviços ou acções de acompanhamento que permitam um acesso efectivo à educação, à justiça e aos demais serviços públicos e privados, tais como a cultura, o desporto e os tempos livres**

**2. PREVENIR OS RISCOS DE EXCLUSÃO**

**a) Explorar plenamente o potencial da sociedade do conhecimento e das novas tecnologias da informação e da comunicação e assegurar que ninguém seja delas excluído, dando, nomeadamente, uma atenção especial às necessidades das pessoas com deficiências.**

**b) Criar políticas destinadas a evitar rupturas em condições de existência susceptíveis de conduzir a situações de**

 Prevenir o Alcoolismo

 Combater o Insucesso e Abandono Escolar;

 Combater o Insucesso e Abandono Escolar;

**exclusão, nomeadamente no que se refere aos casos de sobre endividamento, à exclusão escolar ou à perda de habitação**

**c) Desenvolver acções destinadas a preservar a solidariedade familiar sob todas as suas formas.**

### **3. ACTUAR EM FAVOR DOS MAIS VULNERÁVEIS**

**a) Favorecer a integração social das mulheres e dos homens susceptíveis de se confrontarem com situações de pobreza persistente, devido, nomeadamente à sua deficiência ou à sua pertença a um grupo social com dificuldades de inserção especiais, como as que afectam os imigrantes**

**b) Tender para a eliminação das situações de exclusão social que atingem as crianças, e dar-lhes todas as oportunidades de uma boa inserção social**

**c) Desenvolver acções globais a favor dos territórios confrontados com a exclusão**

### **4. MOBILIZAR O CONJUNTO DOS INTERVENIENTES**

**a) Promover, de acordo com as práticas nacionais, a participação e a expressão das pessoas em situação de exclusão, nomeadamente sobre a sua situação e sobre as políticas e acções desenvolvidas em sua intenção.**

**b) Assegurar a integração da luta contra as exclusões no conjunto das políticas, através, nomeadamente:**

 Prevenir o Alcoolismo

 Prevenir o Alcoolismo

 Combater o Insucesso e Abandono Escolar;

 Criar respostas específicas para Pessoas Desempregadas;

- Da mobilização conjunta das autoridades a nível nacional, regional e local, no respeito das respectivas competências
- Do desenvolvimento dos procedimentos e estruturas de coordenação adequados
- Da adaptação dos serviços administrativos e sociais às necessidades das pessoas em situação de exclusão e da sensibilização para essas necessidades dos intervenientes que actuam in loco

**c) Promover o diálogo e a parceria entre todos os intervenientes públicos e privados em causa, através, nomeadamente:**

- Da implicação dos parceiros sociais, das organizações não governamentais e das organizações de serviços sociais, no respeito das respectivas competências em matéria de luta contra as exclusões
- Do incentivo à responsabilização e à acção por parte de todos os cidadãos na inclusão social
- Do incentivo à responsabilização social das empresas

## **PNE – Plano Nacional de Emprego (2003-2006)**

São Objectivos Estratégicos da 2ª fase da Estratégia Europeia de Emprego, que se interligam entre si:

- ✚ “Consecução do Pleno Emprego”;
- ✚ “Melhoria da Qualidade e da Produtividade do Trabalho”;
- ✚ “Reforço da Coesão e Inclusão Social”.

A estratégia a seguir pelo Governo português assenta numa aproximação integrada aos três objectivos, de médio prazo, contemplada por uma intervenção de curto prazo de resposta à situação sócio-económica actual – Programa Emprego e Protecção Social (PEPS) – que integra medidas temporárias, de natureza especial, de emprego e protecção social para os trabalhadores em situação de desemprego e que, nos domínios do emprego e da formação profissional, visa reforçar os incentivos à criação de novos postos de trabalho e à mobilidade; aumentar a empregabilidade; reforçar os mecanismos de incentivo à formação profissional; consagrar mecanismos de incentivo à conversão de contratos a termo em contratos sem termo; combater a desigualdade existente na contratação de certas categorias de trabalhadores e simplificar os procedimentos em vigor de forma a permitir um melhor e mais fácil acesso às medidas de política de emprego e formação profissional.

### **Directrizes do PNE**

- 1- Medidas Activas e Preventivas dirigidas aos Desempregados e aos Inactivos;
- 2- Criação de Emprego e Espírito Empresarial;
- 3- Fazer face à Mudança e Promover a Adaptabilidade no Mercado de Trabalho;
- 4- Promover o Desenvolvimento do Capital Humano e Aprendizagem ao Longo da Vida;
- 5- Aumentar a Oferta de Mão – de – Obra e Promover o Envelhecimento Activo;
- 6- Igualdade de Género;

- 7- Promover a Inserção no Mercado de Trabalho de Pessoas Desfavorecidas e Combater a Discriminação de que são alvo;
- 8- Tornar o Trabalho compensador através de Incentivos para aumentar o seu carácter atractivo;
- 9- Transformar o Trabalho não declarado em Emprego Regular;
- 10- Dar resposta às Disparidades Regionais em Termos de Emprego;
- 11- Boa Governação e Parceria na Execução das Directrizes para o Emprego.

## **Plano de Desenvolvimento Regional da Região Norte**

Estabelecer uma visão qualificante e mobilizadora para a Região Norte é uma condição essencial para organizar as políticas públicas de desenvolvimento no período 2000-2006, que corresponde ao PNDES e ao III QCA.

## **Orientações Estratégicas do Programa Operacional da Região Norte**

<b>PRIORIDADE ESTRATÉGICA A</b>
<b>Melhorar a qualificação das pessoas, aumentar a sua empregabilidade e promover a coesão social.</b>
<b>PRIORIDADE ESTRATÉGICA B</b>
<b>Promover os factores de competitividade regional e valorizar os sistemas produtivos territoriais.</b>
<b>PRIORIDADE ESTRATÉGICA C</b>
<b>Promover as condições para um ordenamento equilibrado e sustentável do território regional.</b>

Fonte: Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social – Região do Norte, 1999. Programa Operacional da Região Norte, 2000.

### III. 4. SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE NOVAS CANDIDATURAS

#### Critérios Base para a Emissão de Pareceres<sup>22</sup>

✚ **Articulação dos Objectivos do projecto com o Diagnóstico Social e com o Plano de Desenvolvimento Social** – os objectivos do projecto/ candidatura, enquadram-se nos problemas e nas necessidades identificados para o concelho. Posicionamento dos objectivos do projecto face às prioridades de intervenção definidas para o concelho.

✚ **Transversalidade e Integração** – o projecto/ candidatura tem em conta a multidimensionalidade dos problemas sociais, actuando em diferentes áreas.

✚ **Participação Activa** – o Projecto prevê a participação:

- **de outras entidades, (Parceria)** – no planeamento, no desenvolvimento das acções, acompanhamento e avaliação.

Consolidação do trabalho em parceria já existente no concelho, através da acção das instituições nas diferentes áreas de intervenção, rentabilizando assim, os recursos locais e desenvolvendo sinergias em prol de projectos integrados e globalizantes;

- **da População, dos destinatários (Empowerment)** - inclusão de uma prática de participação da população excluída nos processos de decisão, nomeadamente no planeamento, dinamização e avaliação das acções.

✚ **Complementaridade** – o projecto/ candidatura prevê relações de complementaridade com outros projectos e respostas existentes.

✚ **Sobreposição** – o projecto/ candidatura vem sobrepor-se nos objectivos ou acções previstas a algum outro existente.

<sup>22</sup> Com base na Grelha para a Análise Técnica da Emissão de Pareceres, IDS, Núcleo da Rede Social, 2002.

- ✚ **Sustentabilidade** – o projecto/ candidatura define estratégias que assegurem a continuidade sustentada da intervenção, face ao fim do financiamento.
- ✚ **Subsidiariedade** – valorização e rentabilização dos Recursos Locais: o Projecto / candidatura prevê a utilização de recursos locais e/ou potencialidades do concelhos.
- ✚ **Qualificação dos Recursos** – Projecto / candidatura prevê acções que visem a qualificação dos recursos humanos.
- ✚ **Divulgação** – o Projecto / candidatura prevê formas de divulgação de informação respeitante ao seu desenvolvimento.
- ✚ **Acompanhamento e Avaliação** – o Projecto/ candidatura prevê momentos de acompanhamento, monitorização e avaliação.

### **Circuito para a Emissão de Pareceres**

- ✚ Solicitação por parte das entidades candidatas ou entidades financiadoras, de Emissão Parecer Técnico ao Núcleo Executivo da Rede Social, Gabinete da Rede Social (Dra. Helena Baptista);
- ✚ A solicitação da Emissão do Parecer deve ser acompanhada do Projecto/ Candidatura completa para análise, com duas semanas de antecedência à Emissão do Parecer.
- ✚ Análise do Projecto/ candidatura em função dos critérios anteriormente estabelecidos, aprovação pelo CLAS e consequente elaboração do Parecer Técnico, pelo Núcleo Executivo da Rede Social;

**GRELHA DE CRITÉRIOS A CONSIDERAR NA ANÁLISE TÉCNICA PARA  
EMISSÃO DE PARECERES:**

<b>CRITÉRIOS</b>	<b>OPERACIONALIZAÇÃO</b>		<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>PONDERADORES</b>
<b>1. Articulação dos objectivos do Projecto com o Diagnóstico Social/Plano de Desenvolvimento Social</b>	<b>1.1.</b>	Os objectivos do projecto/candidatura enquadram-se nos problemas identificados e nas necessidades definidas no Diagnóstico Social do concelho?  <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim</li> <li>• Não</li> </ul>	<b>5</b> <b>0</b>	<b>3</b>
	<b>1.2.</b>	Qual o grau de prioridade do projecto/candidatura para a implementação/concretização do PDS?  <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevada</li> <li>• Média</li> <li>• Baixa</li> <li>• Sem enquadramento nas prioridades</li> </ul>	<b>5</b> <b>3</b> <b>1</b> <b>0</b>	<b>2</b>
<b>2. Participação</b>	<b>2.1.</b>	O projecto/candidatura prevê a participação activa de outras entidades, especificando formas de partilha de recursos (humanos/materiais)?  <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim</li> <li>• Não</li> </ul>	<b>5</b> <b>0</b>	<b>2</b>
	<b>2.2.</b>	O projecto/candidatura prevê a participação dos destinatários do mesmo, na definição, dinamização e/ou avaliação das acções?  <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim</li> <li>• Não</li> </ul>	<b>5</b> <b>1</b>	<b>2</b>

<b>CRITÉRIOS</b>	<b>OPERACIONALIZAÇÃO</b>		<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>PONDERADORES</b>
<b>3. Sobreposição</b>	<b>3.1.</b>	O projecto/candidatura em análise vem sobrepor-se, nos seus objectivos e/ou acções previstas, a algum outro existente? <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim</li> <li>• Não</li> </ul>	<b>0</b> <b>5</b>	<b>4</b>
<b>4. Complementaridade</b>	<b>4.1</b>	O projecto/candidatura prevê relações de complementaridade com outros projectos/respostas existentes? <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim</li> <li>• Não</li> </ul>	<b>5</b> <b>1</b>	<b>2</b>
<b>5. Sustentabilidade</b>	<b>5.1.</b>	O projecto/candidatura define estratégias que assegurem a continuidade sustentada da intervenção face ao fim do financiamento? <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim</li> <li>• Não</li> </ul>	<b>5</b> <b>1</b>	<b>1</b>
<b>6. Valorização dos Recursos Locais</b>	<b>6.1.</b>	O projecto/candidatura prevê a utilização de recursos e/ou potencialidades do concelho? <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim</li> <li>• Não</li> </ul>	<b>5</b> <b>1</b>	<b>1</b>
<b>7. Qualificação dos Recursos</b>	<b>7.1.</b>	O projecto/candidatura contempla acções que visem a qualificação de recursos humanos? <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim</li> <li>• Não</li> </ul>	<b>5</b> <b>1</b>	<b>1</b>
<b>8. Divulgação da Informação</b>	<b>8.1.</b>	O projecto/candidatura prevê formas de divulgação de informação respeitante ao seu desenvolvimento? <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim</li> <li>• Não</li> </ul>	<b>5</b> <b>1</b>	<b>1</b>
<b>9. Avaliação</b>	<b>9.1</b>	O projecto/candidatura prevê avaliação? <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim</li> </ul> Não	<b>5</b> <b>0</b>	<b>1</b>

**Pontuação Final** (resultante do somatório da pontuação atribuída a cada critério, multiplicada pelo respectivo ponderador):

-  **0 a 49 pontos – Parecer Desfavorável.**
-  **50 a 100 pontos – Parecer Favorável.**



## MONITORIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

## MONITORIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

### IV. 1. MONITORIZAÇÃO

A **Monitorização** é o procedimento que permite **acompanhar e controlar o processo de intervenção** de forma a identificar eventuais desvios face ao previsto, através da utilização de um sistema de registo. Este controlo incide geralmente no cumprimento do calendário, na realização das acções definidas e na utilização dos recursos previstos. Por vezes, pode dizer respeito ao acompanhamento dos impactos de determinadas intervenções ou medidas.

É um processo de apoio ao planeamento, que permite coordenar, imprimir **coerência** à intervenção, moderar possíveis conflitos, propor alternativas em caso de impasse, valorizar os contributos e o potencial de cada parceiro.

A Monitorização prevista neste domínio será a do **Controlo da Execução das Acções previstas em Plano de Acção** (2005), sendo que a monitorização do impacto e dos resultados será realizada no Sistema de Informação. Para tal, são necessários mecanismos de “controlo” da implementação dos projectos definidos no PDS: um quadro de registo dos desvios e a sua fundamentação (em ANEXO, Instrumento de Monitorização e Acompanhamento do Plano de Acção) e a emissão de relatórios que darão o retorno da informação às instituições.

#### **Objectivos da Monitorização:**

- Avaliar o desvio entre as actividades previstas em Plano de Acção e as actividades realizadas;
- Construir e aplicar instrumentos de recolha, de sistematização e de retorno da informação.
- Accionar os mecanismos de decisão caso a avaliação detecte oportunidades ou insuficiências na execução do Plano;

- Diagnosticar necessidades e oportunidades da intervenção ao nível dos parceiros das instituições;

**Entidade Responsável:** Núcleo Executivo da Rede Social

**Indicadores:** Os Indicadores de Controlo sobre a execução são os que constam no Plano de Acção

## IV. 2. ACOMPANHAMENTO

O **Acompanhamento** do processo será assegurado pela técnica da Rede Social, sendo este, um **recurso** atento às necessidades dos interlocutores, à identificação de recursos e à criação de canais de acesso para a partilha de informação (planos enquadradores da intervenção, abertura de candidaturas a programas ou medidas, formações, seminários, estatísticas, etc..).

O processo de acompanhamento alimenta a capacidade dos parceiros com informação e procura estabelecer novas relações sempre que estas se verificarem como necessárias ao desenvolvimento das acções. É uma entidade facilitadora que coordena as intervenções em curso, que organiza e presta apoio logístico aos momentos de trabalho das intervenções integradas no PDS, promovendo as parcerias activas e participativas, dinamizando os grupos de trabalho, dando assim, um impulso continuado ao trabalho que se pretende desenvolver.

### IV. 3. AVALIAÇÃO

A **avaliação** é uma etapa transversal do processo de planeamento, sendo fundamental a este. Segundo o documento do Plano de Desenvolvimento Social do IDS, “a avaliação é irmã gémea do planeamento porque acompanha o processo de elaboração do PDS, podendo ser entendida como um elemento de aprendizagem para a parceria. Tal significa que a avaliação não serve para fiscalizar, nem apontar e punir culpados, devendo ser encarada como um momento de reflexão útil e como um instrumento imprescindível para o planeamento das intervenções subsequentes, identificando pontos de reorientação ou reforço das acções”.

A avaliação questiona e clarifica o Plano, é um processo dinâmico que permite a verificação da concretização dos objectivos, do impacto da acção e que leva à reflexão e à redefinição da intervenção.

#### **Objectivos da Avaliação**

- Avaliação durante o processo de operacionalização do PDS, do impacto e dos resultados da intervenção, produzidos pelo trabalho da Rede Social e do Conselho Local de Acção Social, no território, nas instituições e nos beneficiários;
- Capacitação das instituições e técnicos de competências de avaliação;
- Incorporação de práticas de auto-avaliação nas acções e nos processos de desenvolvimento organizacional das instituições pertencentes ao CLAS;
- Instrumento que proporciona a participação e a tomada de decisões (permite decidir, redefinir e corrigir a intervenção);
- Qualificação da intervenção.

### **Modalidades de Avaliação:**

#### **Externa Participativa**

- Avaliação externa com a componente da auto-avaliação: participação de todas as entidades do CLAS e todos os outros parceiros intervenientes na acção, incluindo os destinatários finais.

**Avaliação Contínua** (On – Going), de acompanhamento da intervenção. No final de cada ano será emitido um relatório intermédio, havendo no final do presente PDS (2008) um relatório final.

### **Entidade Responsável:**

**Coordenação:** Núcleo Executivo da Rede Social.

**Suporte Institucional:** Câmara Municipal de Lousada.

### **Parceria de Suporte:**

Entidades pertencentes ao Núcleo Executivo e outras a definir.

### **Avaliação Externa:**

Entidade a definir/ Protocolo a realizar.

### **Critérios e Indicadores de Avaliação:**

A definir em conjunto com a entidade avaliadora externa, de forma participada com os parceiros do CLAS.

Os critérios e indicadores de avaliação, trabalhados em diferentes níveis: Efeitos e Impactos da intervenção, Resultados esperados e obtidos dos projectos, serão elementos que para além de constarem do Relatório de Avaliação, serão também integrados no Sistema de Informação.

## “SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA REDE SOCIAL

(adaptado)

### **Modelo de avaliação em redes organizacionais**

#### **Avaliação no contexto de intervenção em rede**

A intervenção social em rede é um espaço de interacção pouco regulado e direccionado onde os parceiros estabelecem os seus objectivos num ambiente negocial marcado pela proximidade, relação e partilha de interesses muitas vezes concorrenciais

#### **Tipologia de Avaliação**

A avaliação do PDS deve ser contínua, com momentos previstos para tal no plano de acção e com a participação dos parceiros. O âmbito desta avaliação deve ser sobretudo centrada no processo e na execução das actividades previstas mas também na aferição da relevância pertinência dos objectivos tal como foram traçados.

No término da vigência do PDS deve ser efectuada a avaliação final centrada nos resultados, efeitos da intervenção e respectivos impactos. Esta avaliação será sobretudo orientadora das etapas seguintes da intervenção identificando as boas práticas, as novas necessidades e as mudanças produzidas.

#### **Participantes**

A avaliação deverá implicar e envolver todos os parceiros da rede de modo gerar consensos sobre as aprendizagens e novas orientações a definir. Esta participação pretende garantir que se construam novos compromissos para a acção e para a mudança.

## **Pressupostos organizacionais para a avaliação**

- Clima de transparência e partilha de informação
- Compromisso claro para a incorporação das conclusões da avaliação
- Identificação e legitimação dos responsáveis pela avaliação
- Integração das actividades da avaliação nos planos de acção das organizações e da rede social
- Contrato prévio sobre os instrumentos, metodologia e objectivos da avaliação

## **Áreas de incidência da avaliação**

(estes indicadores são apenas referências de suporte)

### Indicadores organizacionais

- Capacitação técnica e institucional
- Partilha e acesso a informação relevante
- Articulação e integração das intervenções
- Níveis de parceria e contratualização
- Partilha de recursos inter organizações

### Indicadores de resultado

(verificar nas Matrizes de Enquadramento Lógico dos projectos no PDS)

- Respostas, Produtos, Serviços

### Indicadores de efeito / das intervenções incluídas no PDS

- Sustentabilidade
- Qualidade
- Boas práticas da intervenção
- Empowerment
- Igualdade de oportunidades
- Acesso ao emprego
- Dinâmica empresarial

## Indicadores de Impacto

- ver quadro estatístico do pré-diagnóstico

## Plano de avaliação

### Objectivos da avaliação do PDS

Alcançados em 2008 com a avaliação final.

1. Intervenção integrada das organizações e complementaridade das respostas.
2. Desenvolvimento social do concelho é mensurável de acordo com os impactos do PDS.
3. As organizações incorporam a auto avaliação como prática de parceria.
4. Existem competências de avaliação acessíveis às organizações no concelho.
5. A rede social faz a avaliação “on going” e final participada da sua intervenção.
6. Os resultados da avaliação são divulgados e apropriados pelos parceiros.

### Passo a passo da avaliação

1. Os indicadores de impacto são referenciados e operacionalizados pelos projectos e intervenções;
2. Definidos os sistemas de registo e verificação da informação;
3. Os técnicos responsáveis pela activação da avaliação nas organizações estão identificados e formados;
4. Os indicadores de input e output estão referenciados e operacionalizados pelos projectos e intervenções;
5. O planeamento operacional da avaliação de input e output está definido e contratualizado;
6. Está definido o modelo de relatório de avaliação;
7. O sistema de feedback está definido e contratualizado;
8. Os destinatários da avaliação estão identificados.

## **Metodologia de Implementação**

- ✓ Acompanhamento das reuniões de CLAS Núcleo executivo e projectos e parcerias;
- ✓ Elaboração dos relatórios periódicos de avaliação com a informação sistematizada;
- ✓ Elaboração de relatórios de acompanhamento com sugestões de melhoria;
- ✓ Moderação e facilitação de workshops de avaliação dos projectos e intervenções em curso;
- ✓ Divulgação dos resultados em seminários temáticos;
- ✓ Avaliação e auto avaliação da participação na rede social;
- ✓ Apresentação de resultados em CLAS com recomendações activas de melhoria;
- ✓ Propostas metodológicas e técnicas para a implicação dos parceiros na rede;
- ✓ Avaliação dos resultados do sistema de monitorização;
- ✓ Integração no sistema de informação do conhecimento produzido na avaliação;
- ✓ Apresentação em seminário da avaliação de impactos e do desenvolvimento social do concelho.”

Fonte: Consultor Mestre António Batista.



## DIVULGAÇÃO

## V. DIVULGAÇÃO

O presente documento será divulgado a todas as instituições do concelho e à comunidade em geral, servindo assim, os objectivos da **divulgação** e da **visibilidade**. Pretende-se também com esta acção, chamar a atenção para as questões da **pobreza e da exclusão social** e para a **mobilização e participação** de todos, nas intervenções realizadas ou a realizar no concelho.

De salientar que deverá haver uma Contratualização Institucional do PDS, nomeadamente através de:

- Reuniões Sectoriais com Responsáveis Institucionais, para a apresentação e validação do PDS;
- Compromisso e responsabilização pela Implementação do PDS.

### **Plano de Divulgação do PDS de Lousada:**

- Entrega do documento e divulgação ao CLAS;
- Elaboração e divulgação de Notas de Imprensa em Jornal local;
- Sessão Pública de Apresentação do PDS;
- Divulgação com possibilidade de download no site da Rede Social de Lousada e do Instituto da Segurança Social, Instituto Português/ Rede Social.

### **Entidade Responsável:**

- Núcleo Executivo da Rede Social.





---

## ANEXOS

## ABREVIATURAS

AA - Alcoólicos Anónimos

ADI – Apoio Domiciliário Integrado

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

APD – Associação Portuguesa de Deficientes

APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental

ATL – Actividades de Tempos Livres

ARS – Administração Regional de Saúde

CAT – Centro de Atendimento a Toxicodependentes

CCDR – Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional

CDSSS – Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social

CLAS – Conselho Local de Acção Social

CML - Câmara Municipal de Lousada

CME – Conselho Municipal de Educação

CPCJ - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens

CRAN – Centro Regional de Alcoologia do Norte

GNR – Guarda Nacional Republicana

IDT – Instituto da Droga e Toxicodependência

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

ISSS – Instituto Superior de Serviço Social

INOFOR – Instituto para a Inovação na Formação

IPJ – Instituto Português da Juventude

IPSS's- Instituições Particulares de Solidariedade Social

IRS – Instituto de Reinserção Social

JF – Junta de Freguesia

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONG's – Organizações Não Governamentais

PAII – Programa Integrado e Apoio a Idosos

PDS – Plano de Desenvolvimento Social

PEETI – Programa para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil

PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento  
da Administração Central

PNAI – Plano Nacional de Acção para a Inclusão

POEFDS – Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social

PROGRIDE – Programa para a Inclusão e Desenvolvimento

PSP – Policia de Segurança Pública

QCA – Quadro Comunitário de Apoio

RSI – Rendimento Social de Inserção

SPO's – Serviços de Psicologia e Orientação

UNIVA – Unidade de Inserção na Vida Activa

## GLOSSÁRIO

### **“Projecto estruturante**

É um projecto promotor de desenvolvimento (social) porque responde a uma problemática chave (ou crítica) cuja resolução significa um salto qualitativo e significativo em relação ao ponto de partida, a partir do qual se pode dizer que estamos num novo patamar. É estruturante porque produz impactos (mudanças estruturais).

Por comparação podemos dizer que é o oposto a projectos remediativos ou parcelares que produzem efeitos ou respostas positivas mas sem alterar os dados iniciais ou seja sem ter capacidade de agir nas zonas de causalidade do problema – logo sem ser preventivo ou ter capacidade de os resolver realmente na origem.

Outra característica do projecto estruturante é não estar condicionado pelo problema mas ser capaz de definir a intervenção na lógica do desejável e que representa um modelo positivo a implementar – o Desenvolvimento a partir de uma visão partilhada.

### **Projecto estratégico / estruturante**

É um projecto que responde a uma necessidade social prioritária e que está enquadrado na estratégia definida.

Enquanto o projecto estruturante significa um compromisso para acção dos parceiros e por isso está muito bem focalizado e tem um âmbito muito restrito e definido, o projecto estratégico é uma opção de intervenção que é proposta no plano como orientação para a acção. Os projectos estratégicos devem ser implementados mas no âmbito da intervenção habitual e normal dos parceiros e é um contributo específico da instituição para a implementação da estratégia enquanto que o estruturante é implementado em rede – com um modelo de gestão partilhado e participado.

Serve também para identificar e diferenciar os projectos e candidaturas; se forem considerados estratégicos serão prioritários (por exemplo nos pareceres).

## **Plano estratégico (sectorial)**

Corresponde à etapa de planeamento estratégico onde se definem; a visão, estratégia, objectivos estratégicos, prioridades, projectos estratégicos, recursos e parcerias.

Sectorial porque corresponde a um processo de planeamento interno das parcerias já existentes que intervêm numa área sectorial específica (idosos, deficientes, educação etc). Seria suposto nos workshops estar reflectido este processo de planeamento pela presença dos parceiros respectivos.

Sectorial porque estes grupos de instituições/parcerias mais ou menos formalizadas estão organizadas à volta de uma problemática (compartimentada em excesso e por vezes definida de forma generalista – grupo etário ou temática) e não de objectivos de intervenção como nos projectos estruturantes.

O planeamento sectorial está assim orientado para a sistematização e organização da acção das instituições. É difícil nestes grupos de parceiros ter uma visão global do território de intervenção.

## **Eixo estratégico/vectores**

Eixo corresponde á linha de intervenção definida a partir das prioridades do diagnóstico. É definido pela perspectiva de intervenção construída sobre o problema ou problemática prioritária diagnosticada. Eixo significa fio condutor ou elemento lógico comum numa determinada intervenção.

Esta lógica comum enquadra os vectores que são dimensões específicas de intervenção dentro do eixo. Os vectores são linhas de força (variáveis motrizes no sociologuês) ou especificações técnicas para a intervenção que fazem a ponte entre os eixos (dimensão lógica e enquadradora) e os projectos estratégicos que são intervenções concretas direccionadas para os problemas prioritários.

A função comum aos eixos e vectores é de permitir uma leitura agregadora e sistematizadora da nuvem de problemas dentro da problemática definindo uma grelha de leitura na perspectiva da intervenção.

Esta “grelha” permite a passagem do diagnóstico ao plano.

### **Linhas de orientação estratégica**

São componentes da estratégia definida. Podem ser elementos da construção da estratégia; (por exemplo opções técnicas/modelos de intervenção ) ou opções de intervenção tipificando projectos ou intervenções.

### **Estratégia**

Caminho ou percurso (de intervenções ou projectos) definido a partir de uma visão global partilhada entre o diagnóstico de partida e a visão de mudança desejada.

### **Estratégico**

O que está integrado ou contribui para implementar uma estratégia.

A estratégia corporiza-se num conjunto de opções técnicas em relação ao diagnóstico, ao posicionamento das instituições e recursos, da priorização em função das mudanças desejáveis e modelos de intervenção. A estratégia define um instrumento de decisão e avaliação do que é estratégico (por estar de acordo com essas opções) permitindo direccionar e organizar a intervenção numa perspectiva coerente e claramente orientada.

A estratégia é o suporte técnico comum para um conjunto de acordos e opções de acção partilhadas entre os parceiros.”

Fonte: Consultor Mestre António Batista.

---

## **METODOLOGIA**

### **“ MAPA – Método Aplicado de Planeamento e Avaliação**

#### **O que é o Mapa**

O Mapa é um conjunto estruturado e coerente de Procedimentos e Normas Técnicas que permite Definir, Planear e Avaliar Projectos de Intervenção, Desenvolvimento e/ou Cooperação.

#### **Procedimentos**

Os procedimentos são o conjunto de articulações comunicacionais, que determinam os momentos de decisão, negociação e execução que envolvem os participantes ao longo do projecto.

#### **Normas Técnicas**

Conjunto de normas standard internacionais e padrões técnicos de planeamento e avaliação incorporadas sequencialmente ao longo do processo.

#### **A quem se destina**

Destina-se a equipas a trabalhar em projectos em:

- ✓ Municípios;
- ✓ IPSS's;
- ✓ Administração Pública;
- ✓ ONG'S;
- ✓ Empresas.

## **Diagnóstico de Partida**

- ❖ Dificuldade de comunicação e negociação inter institucional e inter cultural entre os participantes
- ❖ Dificuldade de fazer intervir e participar o grupo alvo na definição do projecto
- ❖ Incerteza e pouca clareza no processo de planeamento e avaliação

## **Objectivos do MAPA**

- ❖ Criar uma interface de competência técnica para otimizar o planeamento e a avaliação dos projectos;
- ❖ Adequar o Ciclo do Projecto aos fluxos de decisão, comunicação e negociação que envolvem os participantes nos projectos;
- ❖ Uniformizar e padronizar nas instituições e organizações a linguagem técnica do planeamento e avaliação;
- ❖ Compatibilizar as normas técnicas do planeamento e avaliação com os padrões internacionais;
- ❖ Planear a avaliação como um sistema aberto de aprendizagem e correcção dos projectos;
- ❖ Permitir a avaliação e o replaneamento dos projectos em qualquer fase da sua implementação;

- ❖ Facilitar a tomada de decisões in situ de modo a favorecer a operacionalidade do projecto;
- ❖ Gerar um aumento de eficiência e produtividade na capacidade de planeamento e avaliação pela atribuição critérios e indicadores objectivos para a gestão global do sistema.

### **Princípios Básicos do Mapa**

- ❖ A participação como base de comunicação que permite a interacção eficaz dos variados actores;
- ❖ A participação como método de negociação do projecto entre todas as partes que intervêm no projecto: financiadores, parceiros, beneficiários, entidade gestora etc.;
- ❖ A clarificação dos processos de decisão, que são objectivados e tornados transparentes;
- ❖ O incremento da qualidade técnica que a integração de conhecimentos dos peritos externos permite;
- ❖ O rigor de procedimentos e normas técnicas que permitem reduzir a fricção e conflitualidade inerentes aos projectos;
- ❖ A integração de um sistema de *monitoring* em todas as etapas do ciclo do projecto;
- ❖ Avaliação objectiva e transparente em todas as fases do projecto;

- ❖ A base no “Ciclo do Projecto da União Europeia”- norma internacional de planeamento e avaliação;
- ❖ A concepção como sistema aberto que possibilita a integração de outros métodos e técnicas onde necessários e útil.”

Fonte: Consultor Mestre António Batista.

## REGISTOS FOTOGRÁFICOS



Aprovação do Pré-Diagnóstico Social (2004).



Reunião da Técnica da Rede com os Grupos de Trabalho (2004).



Reunião da Técnica da Rede com o Núcleo Executivo para finalização do Diagnóstico Social (2004).



Aprovação do Diagnóstico Social (2005).



Apresentação dos Programas Ser Criança e Progride, Medida 2 pela Técnica da Rede (2005).



Diálogo entre a Sra. Vereadora, Prof.ª Lígia Ribeiro, Técnica da Rede, Núcleo Executivo e Instituições do Concelho sobre os Programas (2005).



Sessão Plenária do CLAS para Formalização de Adesão de Novos Parceiros à Rede Social e para Aprovação da Grelha de Critérios de Emissão de Pareceres pela Rede Social (2005).



Diálogo entre a Sra. Vereadora, Prof.<sup>a</sup> Lígia Ribeiro, Técnica da Rede, Núcleo Executivo e CLAS sobre a Grelha de Critérios de Emissão de Pareceres (2005).

## **PARCEIROS DO CLAS DE LOUSADA**

1. ACIP – Cooperativa de Intervenção Psico-Social;
2. ADL – Associação Desportiva de Lousada – Secção de Hóquei;
3. AECL – Associação de Empresas Comerciais de Lousada;
4. Adega Cooperativa de Lousada, CRL;
5. Agrupamento de Escolas Lousada - Boavista;
6. Agrupamento de Escolas Lousada Centro;
7. Agrupamento de Escolas Este Lousada;
8. Agrupamento de Escolas Lousada Oeste;
9. Agrupamento de Escolas Lousada Norte;
10. Associação Coração Solidário S. Miguel de Silvares;
11. Associação Cultural e Etnográfica dos Professores;
12. Associação Cultural e Recreativa Senhora Aparecida;
13. Associação de Cultura Musical de Lousada;
14. Associação de Desenvolvimento “Despertar Vilar do Torno e Alentém”;
15. Associação de Pais da E. B. 2/3 de Lousada;
16. Associação de Pais do Agrupamento de Escolas Lousada Oeste;
17. Associação Industrial de Lousada;
18. Associação Recreativa e Cultural de Pias;
19. Associação S R C “Ao Encontro das Raízes”;
20. Câmara Municipal de Lousada;
21. Centro de Emprego de Penafiel;
22. Centro de Gestão Agrícola do Vale do Sousa;
23. Centro de Saúde de Lousada;
24. Centro Social e Paroquial de Macieira;
25. Centro Social e Paroquial Senhora Aparecida;
26. Centro Social e Paroquial de Sousela;
27. Centro Social e Paroquial Senhora Aparecida;
28. Colégio S. José de Bairros;

29. Comissão de Pais do Jardim-de-Infância e da E. B. 1 da Boavista;
30. Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco;
31. Comissão Local de Acompanhamento do RMG;
32. Comunidade Urbana do Vale do Sousa;
33. Conselho Particular São Vicente de Paulo;
34. Escola Secundária de Lousada;
35. Externato Senhora do Carmo;
36. Futebol Clube de Romariz;
37. GACER;
38. Gest H;
39. Instituto de Segurança Social, Instituto Português;
40. Instituto Português da Juventude;
41. Junta de Freguesia de Alvarenga;
42. Junta de Freguesia de Boim;
43. Junta de Freguesia de Figueiras;
44. Junta de Freguesia de Lodares;
45. Junta de Freguesia de Lustosa;
46. Junta de Freguesia da Ordem;
47. Junta de Freguesia de Pias;
48. Junta de Freguesia de Santa Margarida;
49. Junta de Freguesia de São Miguel;
50. Junta de Freguesia de Silvares;
51. Junta de Freguesia do Torno;
52. Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém;
53. Lousada Séc. XXI;
54. Ministério da Educação;
55. PETI do Vale do Sousa e Baixo Tâmega;
56. Rancho Folclórico de Nogueira;
57. Santa Casa da Misericórdia de Lousada.

## **FONTES:**

1. *Diagnóstico Social do Concelho de Lousada*, Concelho Local de Acção Social, Lousada, Dezembro de 2004.
2. *Plano de Desenvolvimento Social*, IDS – Instituto para o Desenvolvimento Social, Lisboa, 2002.
3. *Programa da Rede Social*, IDS – Instituto para o Desenvolvimento Social, Lisboa, 2002.
4. *Construção de um Projecto*, Módulos PROFISSS – Sistema Modular de Formação Profissional para a Solidariedade e Segurança Social, Centro de Competências para a Formação, Lisboa, Maio de 2001.
5. *Plano Director Municipal de Lousada*, Câmara Municipal de Lousada, Abril de 1994.
6. *Plano Nacional de Acção para a Inclusão Social 2003 – 2005*, Lisboa, Junho de 2003.
7. *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006*, in [www.min-plan.pt](http://www.min-plan.pt).
8. *Prioridades Estratégicas de Desenvolvimento da Região Norte*, in [www.ccr-norte.pt](http://www.ccr-norte.pt).
9. *Plano Nacional de Emprego 2003-2006*, in *DIÁRIO DA REPÚBLICA – I SÉRIE B*, N.º 279 de 3 de Dezembro de 2003.
10. *Carta Educativa do Concelho do Vale do Sousa*, Direcção Regional de Educação do Norte, Setembro de 2000.
11. *Trabalhos Vários*, Consultor Mestre António Batista.